

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2018

Aos 23 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Anastácia Maria Escórcio Fins, Artur da Câmara Machado, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Carlos Ponte dos Santos, José Eduardo Vieira Pimentel, José Fraga Ferreira Machado, José Machado Ferreira dos Santos, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Alberto Lopes Lobão.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Antónia Paula Tonel Costa Sousa, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 21 de setembro de 2018 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- **Um Voto de Congratulação aprovado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores pelo centésimo aniversário da Confederação Operária Terceirense.**
- **Da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, um Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Cunha de Oliveira.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Susana Martins – Muito bom dia a todos os presentes nesta sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. Venho aqui como mãe e como cidadã com um sentimento de esperança, convencida que não será em vão abordar um tema tão sensível e tão intrínseco para muitos pais e famílias, sabendo que muitos têm receio de se exporem e falar dos seus filhos, cientes das barreiras que terão de ultrapassar. Venho falar-vos de autismo, uma palavra por vezes difícil de pronunciar mas que existe porque lido com ela diariamente, por isso não poderia deixar de vir aqui apresentar este testemunho e sensibilizar-vos.

A maioria das crianças com autismo insere-se no grupo das crianças com necessidades educativas especiais. A Perturbação do Espectro do Autismo - é assim que se designa - contém em si, crianças com dificuldades de graus diversos e potencialidades diferentes, pelo que a sua singularidade deve ser tida em conta num objetivo comum que é a sua evolução como seres autónomos que se devem sentir felizes e plenamente incluídos na nossa sociedade. Essa inclusão social obtém-se trabalhando um conjunto de competências ao nível da socialização, da adequação comportamental, da expressão verbal, da autonomia. Contudo, ao contrário de outras perturbações no desenvolvimento infantil em que a criança procura socializar, por norma, as crianças com autismo não procuram a interação social o que os afasta dos jogos de pares, da imitação, da perceção das regras comportamentais, dessa aprendizagem que todas as crianças adquirem e que as ajuda na comunicação.

O autismo é uma perturbação crónica e complexa do neuro desenvolvimento. É habitualmente grave e frequente, induz alterações significativas comportamentais, psicológicas e educacionais, manifesta-se antes dos três anos de idade e traz grandes repercussões para as famílias ao nível emocional e financeiro porque não há apoios fundamentais provenientes do setor público.

O autismo é tão complexo quanto os fatores que estão na sua origem. Resulta provavelmente de fatores genéticos, mas poderão também existir fatores ambientais, e o êxito na sua abordagem seguramente dependerá de uma resposta precoce a esta problemática desde logo na primeira infância enquanto as suas estruturas cognitivas são ainda moldáveis.

A inclusão dos alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e organização de respostas educativas adequadas, apesar do que existe em vigor a nível de diplomas, continua a ser um desafio para os pais, educadores, técnicos e profissionais de educação, sendo reconhecida a necessidade urgente da continuação de formação na área, continuada e atualizada.

Na verdade, muita da informação disponível e dada por profissionais encontra-se nos Estados Unidos da América. Atualmente já é possível encontrar em alguns países da Europa, especialistas em áreas de intervenção no autismo como, por exemplo, a terapia comportamental ABA (Applied Behavior Analysis) que demora a chegar à nossa região.

A *Association for Science in Autism Treatment* nos Estados Unidos descreve no seu *site* as terapias e intervenções que funcionam, as que necessitam de mais investigação e aquelas que não funcionam ou ainda não foram testadas. As que funcionam são precisamente as terapias

comportamentais como a ABA que alguns Estados-Membros da União Europeia já aplicam no seu sistema público.

A Declaração nº 18/2015 criada pelo parlamento europeu sugere aos Estados-Membros que adotem boas práticas baseadas nos métodos com evidências de sucesso e cientificamente comprovados. Em Portugal existe apenas no setor privado e há um só centro credenciado pelo BCBA (Board Certified Behavior Analyst) que exige que os terapeutas sejam analistas comportamentais devidamente habilitados e certificados sujeitos a uma supervisão constante do sucesso das estratégias adotadas. Com isto não queremos excluir outras terapias ou métodos, mas simplesmente não podem existir de forma isolada. As terapias com animais ou através da natação são benéficas, porque são relaxantes e ajudam à concentração, mas não atuam ao nível da autonomia e da compreensão das regras sociais fundamentais para o desenvolvimento crucial.

Segundo dados recolhidos junto da Secretaria Regional da Educação, são quase setenta os alunos em idade pré-escolar e escolar entre os três e os dezoito anos com Perturbação do Espectro do Autismo. Considerando que a maioria da população reside no concelho de Angra, podemos antever a necessidade de a autarquia ter voto nesta matéria.

Apesar do impacto deste número na sociedade terceirense, não estamos a abarcar todo o universo de crianças com PEA. Segundo dados da equipa de intervenção precoce que é multidisciplinar e acompanha crianças até aos seis anos de idade que frequentam as IPSS's ou fazem visitas ao domicílio, portanto, aquelas que não estão no ensino público nem no ensino particular, no concelho de Angra há mais de quarenta crianças que são alvo de acompanhamento e intervenção, a maioria das quais com Perturbação do Espectro do Autismo; isto apenas em Angra, fora as outras setenta que referi há pouco.

No concelho da Praia da Vitória existem nove crianças diagnosticadas com autismo que são acompanhadas pela equipa de intervenção precoce daquele concelho embora saibamos que este universo possa ser ainda maior porque há muitas crianças que não se encontram diagnosticadas.

Pelas razões apresentadas, é importante gerar energias para angariar recursos financeiros e humanos para dar oportunidade a estas crianças em idade escolar de acederem às terapias mais eficazes e elevarem ao máximo o seu potencial. Quanto a nós, tal desígnio passaria pela criação de um centro de respostas multidisciplinar para o universo de crianças com autismo, em particular as que se encontram em idade pré-escolar e do primeiro ciclo. Um centro que desenvolva parcerias e traga especialistas para a formação de profissionais ou que estes se possam formar fora da região. Um centro capaz de acompanhar as famílias, apoiar a realização de estudos e seminários e esteja atento à investigação em matéria de autismo.

As instâncias do poder local procuram zelar pelo bem-estar dos cidadãos que lá nascem, trabalham e vivem. Estamos convictos de que a autarquia é a instância mais próxima dos seus munícipes e a que mais eficazmente poderá responder a este desafio.

Senhor presidente da Assembleia Municipal; ainda que, à primeira vista, esta seja uma incumbência das autoridades regionais, nomeadamente em matéria de educação, de saúde ou de segurança social, importa questionar acerca da taxa de sucesso com os apoios vigentes no sistema público atualmente na região.

Procuramos respostas e não nos podemos permitir esperar dez ou vinte anos por terapias que já se encontram banalizadas noutros países com evidências de sucesso em intervenções já aplicadas em Portugal continental e que não chegarão à nossa ilha se nada for tentado.

Não podemos ignorar a realidade dos números e, mais do que isso, não podemos ignorar as crianças que necessitam o mais cedo possível de intervenções especializadas porque as suas famílias veem as suas vidas completamente alteradas e sem respostas. Está comprovado que os pais desempenham um papel fundamental no trabalho com estas crianças através da

continuação das terapias em casa mas falta-lhes a formação técnica adequada e sentem-se impotentes. É necessário muito carinho, amor, paciência e perseverança mas os pais e os educadores necessitam também de formação técnica para que todos se mantenham em sintonia.

Não há nada que apoie a conciliação da vida familiar e laboral quanto se tem um filho com autismo. Porque o tempo de atuação com estas crianças urge e a educação seguirá o seu caminho a seu tempo, entendemos que a autarquia, à semelhança de outras medidas pensadas para os jovens como, por exemplo, a atribuição de bolsas para o ensino superior, pode complementar os apoios às necessidades educativas especiais neste propósito específico. Prova disso, foi o acolhimento por parte da câmara municipal do Pombal, de um projeto de um casal com um menino com autismo cujo centro se encontra em funcionamento, já apoia oito crianças e prevê-se que venha a apoiar mais trinta e três.

Tendo em conta que, em condições ideais, é necessário um técnico para cada criança, a carência de profissionais é enorme e dificilmente a tutela dará uma resposta aceitável face ao número de casos identificados. As crianças com autismo têm necessidades diferentes e únicas, daí o trabalho de um para um para que se possa traçar metas concretas para o seu pleno desenvolvimento.

Quanto mais focado e especializado o conhecimento, mais atenção poderá ser canalizada para os desafios que estas crianças, pais e educadores enfrentam diariamente e que serão tão diversos quanto as crianças com autismo entre si.

Enquanto pais, apesar da esperança que nos percorre, ao ver as dificuldades que estas crianças conseguem ultrapassar, sabemos que serão sempre especiais, mas essas diferenças podem e devem ser minimizadas, atenuadas.

Acreditamos que um centro de apoio ao autismo será muito mais fácil de aplicar na nossa ilha pela proximidade entre as escolas e outras instituições. Os técnicos e as famílias serão assim capazes de ampliar uma rede de contactos, partilhando experiências e conhecimento. Estamos convictos de que, ao contrário dos grandes centros onde tudo é mais disperso, aqui conseguiríamos grandes resultados com poucos apoios.

Excelentíssimos senhores da Assembleia Municipal; por todas estas evidências inegáveis, enquanto pais, cidadãos e famílias deste concelho, seremos sempre incessantes na sensibilização para que seja dada maior atenção a esta problemática e este centro de apoio se materialize e desmistifique o autismo como algo estranho porque faz parte da nossa sociedade.

A aceitação da diferença e da pluralidade é o que nos torna mais tolerantes e abertos porque queremos um mundo novo sem preconceitos. A cidade de Angra, num misto de património, tradição e modernidade, faz parte deste novo mundo e pode deixar a sua marca em prol destas crianças e destas famílias. Muito obrigada pela vossa atenção.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado. Devo dizer-lhe que tudo farei para dar respostas às questões que levantou e não tinha a menor ideia da dimensão deste problema que nos toca a todos.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia a todos. Cumprimento todos os que aqui vieram e especialmente a si pela sua exposição. Conheço bem o assunto porque já tive uma relação bastante direta com essa situação. O que aqui nos disse serve de chamada de atenção para algo que podemos e devemos fazer mesmo que as responsabilidades na área da educação nas regiões autónomas não se encontrem cometidas às autarquias no mesmo grau em relação ao que se passa no território continental. Aqui, o sistema possui uma arquitetura diferente mas a autarquia pode e deve participar nesta questão.

No princípio de dezembro vai reunir o Conselho Local de Educação que tem responsabilidade nas matérias da educação e onde estarão presentes todas as escolas com sede no nosso

concelho. Fica aqui o meu convite e creio que nessa reunião se poderia fazer um debate com maior profundidade a respeito do tema que a senhora nos trouxe hoje aqui.

Sr. presidente da Mesa – Neste período destinado ao público não há lugar à intervenção dos grupos parlamentares mas vamos abrir uma exceção, dada a importância do tema.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Cumprimento o senhor presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados e também a família aqui presente. Antes de mais, é de saudar a crescente participação do público nas sessões da Assembleia Municipal.

O que acabámos de ouvir faz-nos pensar em nós próprios e naquilo que é verdadeiramente importante, sobretudo para quem, em algumas situações ou todos os dias, tem que ir à luta pelos filhos que tem. Isto ajuda-nos a colocar as prioridades nos lugares certos, leva-nos a dar graças por não termos certos tipos de problemas, a ser solidários e ficar disponíveis para com aqueles que os têm.

As minhas palavras são de agradecimento a esta família que hoje aqui veio. Peço a todos que contribuam para que estes problemas não deixem de ser também tratados por nós e agradeço ao senhor presidente da Câmara pelo convite feito a esta mãe e a esta família para participarem na próxima reunião do Conselho Local de Educação. O PSD, o maior partido da oposição, fica ao dispor para tudo o que possa fazer dentro das suas competências que são poucas na área da educação no concelho.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, estimada e querida Susana. Foi um ato nobre e de coragem a sua presença e de todos os que aqui estão a dar voz a uma necessidade, um projeto, uma intenção. O grupo municipal do PS e eu própria faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para apoiar os pais e os projetos e, no âmbito do Conselho Local de Educação e da intervenção da CPCJ, ativar meios e sensibilizar as instituições particulares de solidariedade do concelho que poderão ser um ponto de acolhimento de iniciativas. Foi um momento muito bonito, sobretudo pelo testemunho do que é ser mãe e pai com a coragem de ultrapassar todos os receios e estigmas, e apresentar-se nesta sala tão nobre para falar por quem não tem voz. Todos assumiremos o compromisso de apoiar e promover.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados e estimados membros do público. Até sermos confrontados com estas realidades, não nos apercebemos das dificuldades sentidas pelas instituições na resposta a estas necessidades especiais. As escolas nem sempre estão preparadas e a própria sociedade não está devidamente organizada para facilitar a integração ou a vida das pessoas envolvidas nestas situações.

Esta chamada de atenção é muito importante e nós ficamos também à disposição da Câmara e desta Assembleia para todo o apoio possível no que respeita a quaisquer decisões que venham a ser tomadas nesta matéria ao encontro das pretensões aqui apresentadas hoje.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Quero aproveitar este período de antes da ordem do dia para falar da última reunião do Conselho de Ilha da Terceira. No meu entender, se estávamos preocupados com um conjunto de situações que levaram a uma tomada de posição por parte desta Assembleia, creio que agora devemos ficar ainda mais preocupados. A agenda dessa reunião era exigente com a elaboração de um caderno de encargos e preocupações para discutir com o Governo Regional mas foi preocupante a forma como as questões foram tratadas. Depois das manifestações mais ou menos públicas nas assembleias, foi muito perturbador o silêncio por

parte dos dois presidentes de Câmara da ilha Terceira nessa reunião do Conselho de Ilha quanto a problemas concretos que precisam urgentemente de ser resolvidos.

De nada servem as posições dos órgãos de poder se forem discutidas apenas em privado; às vezes devem ser tomadas em público, olhos nos olhos com quem ali está, sobretudo perante o que ali estava a acontecer. Esta é uma nota de firme condenação ao silêncio, (talvez cúmplice, amedrontado ou outra coisa qualquer), e gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse porque não abriu a boca para dizer uma palavra que fosse naquela reunião do Conselho de Ilha.

Estou a tentar não ser muito rude na qualificação da instrumentalização que o Governo Regional fez do Conselho de Ilha. Aqueles que ali têm assento foram convocados pelo presidente da Mesa para uma reunião com o presidente do Governo Regional dos Açores mas acabámos por ver as coisas acontecerem ao contrário e assistimos a uma reunião do Governo Regional dos Açores com o Conselho de Ilha. No centro da mesa não estava sentado o presidente do Conselho nem os membros da Mesa, mas sim o presidente do Governo Regional com o presidente do Conselho de Ilha num cantinho.

O dono da casa e as regras eram outras e acabámos por assistir ali a uma apresentação do orçamento regional seguindo-se um conjunto de exposições sucessivas dos vários secretários regionais que tinham como objetivo desvalorizar e esvaziar por completo todo o caderno de encargos, um conjunto de notas e preocupações que os conselheiros de ilha apresentaram ao Governo, algumas aprovadas por unanimidade nesta Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo naquela célebre pronúncia que emitimos aqui na sessão extraordinária do passado mês de maio.

Foi passado um atestado de pequenez a tudo o que vinha acontecendo na Terceira nos últimos tempos, principalmente no concelho de Angra, e fez-se uma encenação mediática para jornalista ver e para quem estivesse menos atento. Para cúmulo, e mediante afirmações corroboradas pelo próprio presidente do Governo Regional, o vice-presidente, (que foi presidente desta Câmara Municipal), declarou que, afinal, já não eram necessários estatutos especiais para a ilha Terceira, nomeadamente em termos de zonas económicas no concelho vizinho com impostos mais baixos para instalação de empresas, porque a economia cresceu depois da saída dos americanos, há muitos mais empregos e não é necessária qualquer intervenção. Se isto foi dito por quem criou o PREIT (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira), não sei a quem, afinal, se vai pedir um cêntimo que seja.

Segundo os dados das próprias entidades públicas desde a Câmara da Praia até ao Governo Regional, a recessão no concelho da Praia oscilou entre os mínimos de 12 e os máximos de quase 30% e, no contexto da ilha, foi superior a qualquer crise que o país jamais tivesse enfrentado. Perante tudo isto, é estranho que se venha declarar que, afinal, há mais economia e mais empregos. Se algum dia alguém inventou as «*fake news*», aqui está mais alguém para realçar esse termo.

Os investimentos do Governo Regional previstos para a ilha Terceira vão pulando de Plano em Plano e continuam em estúdio, em análise ou a decorrer, que é o mesmo que dizer que nada se está a fazer e as coisas não andam. Falamos do cais de cruzeiros, do *hub* logístico do Porto da Praia da Vitória e de todos aqueles investimentos de que temos vindo a falar como a rampa *ro-ro* e a ampliação do Porto das Pipas. Estou a provocar propositadamente o senhor presidente da Câmara porque gostaria de saber que conversas houve e se as houve, ou se as coisas vão continuar a constar apenas dos planos e orçamentos sem nada vermos a acontecer no terreno.

Continuando o *show* mediático, houve de facto alguns lançamentos de primeiras pedras, mas não nos esqueçamos que também decorreram dez anos entre a primeira pedra da obra da Biblioteca Pública, do Parque de Exposições e outras; bem podemos até lançar pedrinhas ao mar que algumas até saltam.

Quanto a anúncios de concretizações, temos aqui umas coisinhas que até nem dão muito trabalho, tais como o arranjo do miradouro da serra de Santa Bárbara e mais uns passadiços ou o prolongamento da marginal de S. Carlos cujas expropriações estavam feitas há uma data de tempo mas nada vemos no que respeita a obras grandes idênticas às que se fazem por outras ilhas fora.

Relembro que a aprovação de um cais de cruzeiros para a ilha Terceira mereceu votação unânime em toda a ilha e mediaticamente foram já anunciados 35 milhões de euros de investimento para o Porto de Ponta Delgada e 22 milhões para o Porto da Horta. Não estamos a dizer que não se faça nada noutros sítios mas queremos que também se faça aqui e, para investimentos na ilha Terceira, não se anuncia um euro que seja.

Ficámos também a saber que, se houver algo quanto ao Air Center, será em Santa Maria e teremos na Terceira apenas um escritorzinho para uma reunião pontual ou talvez um centro de atendimento.

Houve um investidor que colocou no hospital uma máquina que custa uns quantos milhões de euros, foi anunciado que afinal não haverá radioterapia na Terceira porque somos poucos e não se justifica e abriu-se assim um precedente muito complicado. Se utilizarmos os rácios para justificar os investimentos, não se faz mais nada em ilha alguma nem mesmo em S. Miguel. Acabou-se a dispersão geográfica porque a densidade populacional é proporcional ao tamanho das ilhas devido ao envelhecimento e à baixa natalidade, por isso acabaram-se os investimentos.

Não vou picar ponto por ponto o que aconteceu no Conselho de Ilha, porque o Governo Regional já o fez desvalorizando aquelas propostas uma por uma, e preocupa-me que o presidente da Mesa do Conselho e os dois autarcas da ilha não tenham aberto a boca para dizerem uma palavra que fosse à frente de toda a gente, incluindo os jornalistas. À autarquia de Angra, já nem uma oposição colaborante e construtiva lhe falta, por isso venham daí as desculpas mas é bom que sejam convincentes.

Sr. presidente da Câmara – Não virão quaisquer desculpas mas sim uma explicação do que me parece ter sido uma atitude correta e devidamente ponderada. Antes da reunião do Conselho de Ilha, eu e o meu colega da Praia da Vitória tivemos uma reunião com o senhor presidente do Governo, na qual foram analisadas as questões que nos preocupam e assumidos os necessários compromissos.

O senhor deputado tem razão porque, o que vi foi uma reunião do Governo Regional com o Conselho de Ilha, e não me pareceu o momento de fazer intervenções porque estávamos num âmbito diferente. Tivemos já a oportunidade de falar e outras pessoas que não tinham tido a possibilidade de participar nessa reunião, iriam dizer o que entendessem. Não sou a pessoa mais indicada para contar o que aconteceu visto que, muitos dos que aqui estão, também participaram nessa reunião.

Tudo o que foi dito em reuniões anteriores do Conselho de Ilha e desta Assembleia Municipal mantém-se perfeitamente atual; apenas saíram da nossa agenda pontos referentes a obras iniciadas ou concluídas, mantendo-se as restantes questões. Os ouvintes assíduos da rádio ouviram-me dizer isto no programa que foi transmitido no passado sábado e os que não ouviram poderão aceder ao *site* da Rádio Horizonte onde a gravação se encontra disponível.

Eu sou apenas um dos membros do Conselho e foi nessa condição que ali me sentei. A minha posição mantém-se e não me parece que uma reunião daquela natureza devesse ser monopolizada por quem tivera já a oportunidade de reunir noutro lugar. O nosso Conselho de Ilha reunirá a breve trecho, será feito o debate no lugar certo e tomadas as posições necessárias.

Sr. presidente da Mesa – Não discordando com grande parte do que foi dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro e embora não tenha sido delegado nesse sentido, o senhor presidente

do Conselho de Ilha disse-me que não fora abordado por nenhum órgão de comunicação social, por isso não prestou declarações.

Sra. d. m. Antónia Sousa – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Gostaria de saber para quando o fim das obras de saneamento junto à praça de touros que muito têm martirizado os moradores de Angra. Como a viagem entre o Inatel e o estádio João Paulo II demora cerca de 30 minutos e no sentido de se acautelar o bem-estar dos residentes, sugerimos algumas alterações temporárias ao trânsito mantendo bloqueada metade daquela rua e reservando a outra metade para escoamento do trânsito que é muito intenso naquela zona. Poder-se-ia libertar provisoriamente a rotunda à volta da Praça Velha...

Intervenção impercetível do senhor presidente da Câmara.

Sra. d. m. Antónia Sousa – Desbloqueia, senhor presidente; desbloqueia porque afluí ali muito trânsito daqui de baixo. Eu também sou residente, todos temos que ir lá acima e deparamo-nos com quem sai do liceu e com os moradores da Conceição que têm que dar uma enorme volta para descerem ao centro da cidade, sem falar do trânsito proveniente da zona do estádio.

A rua da Guarita leva com frentes de trânsito por todos os lados. Não sei qual será a próxima obra prevista mas não se deve sobrecarregar tanto o trânsito da Guarita. Podem fazer-se mudanças no trânsito daquele troço junto à igreja da Conceição até à Secretaria no sentido de se evitar a sobrecarga na avenida Álvaro Martins Homem e noutras vias. É preciso acautelar e fazer um bom planeamento nesse sentido.

Sr. presidente da Câmara – Não é possível manter uma das faixas aberta ao trânsito porque aquela vala que foi aberta e hoje está a ser fechada é anormalmente profunda com seis metros num lado e oito no outro e os riscos são extraordinariamente elevados. Aquela é uma zona construída em aterro com materiais que ali foram colocados nos anos sessenta. A avenida teve que ser fechada por razões de segurança porque seria uma fonte de grande risco fazer circular o trânsito junto à vala.

A obra é de duração curta e deve acabar hoje. A próxima obra será o fecho do troço da rua entre a rotunda da olaria e o largo de S. Bento com vista à substituição dos coletores ao longo da ribeira que têm sido uma fonte de problemas. Teremos que colocar um novo coletor ao longo daquela rua que implicará o desvio de parte do trânsito do largo de S. Bento para a Circular, o que será feito depois da reabertura da outra rua. Mais uma vez, não é possível fazer coexistir o trânsito com a obra por se tratar de um coletor gravítico que implicará a abertura de valas de grandes profundidades para se manter a cota necessária.

Depois do Natal haverá um fecho da ladeira de S. Bento durante algumas semanas e interromperemos o largo de S. Bento por um período relativamente curto porque aquela conduta que passou diante do hospital velho terá que atravessar ali e seguir pelo leito da ribeira para ligar àquela conduta que agora foi instalada ao lado da panificação. A interrupção da ladeira de S. Bento será mais longa dada a magnitude da obra que implica a construção de ramais novos para as habitações e a interrupção do largo de S. Bento será mais curta devido ao atravessamento da conduta proveniente da rua ao lado da Santa Casa da Misericórdia.

Sra. d. m. Antónia Sousa – Senhor presidente, porque é que essa obra não é feita no período do Natal durante a interrupção letiva para causar menos transtornos?

Sr. presidente da Câmara – As razões prendem-se com o facto de o empreiteiro possuir menos meios durante a época natalícia, o que implicaria o prolongamento da obra que apenas pode ser realizada agora ou no verão e o seu prazo global não permite grandes adiamentos.

Estamos a tentar encontrar os mecanismos de minimização do impacto que incidirá essencialmente sobre a escola. Existe a possibilidade do trânsito circular nos dois sentidos na outra rua que vai até à escola para que os pais possam deixar os filhos e voltar para trás. A obra

é muito extensa, a maior parte acontece no leito da ribeira sem causar incómodos, mas a ladeira de S. Bento exige a colocação de novos ramais para ligar aquelas casas à nova conduta. A outra fase que também incomodou bastante foi o atravessamento da zona do Desterro mas já se chegou ao outro lado e a estrada foi reasfaltada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente da Câmara, ultimamente temos concordado tanto, que às vezes até durmo mal, mas desta vez e mais uma vez, concordamos em discordar porque não fiquei nada satisfeito com as suas explicações quanto ao Conselho de Ilha.

Então, o presidente da Câmara tem reuniões secretas com o presidente do Governo onde se assumem compromissos não firmados e fica-se satisfeito com isso? Não se aproveita o Conselho de Ilha para dar uma explicação mesmo depois de ser aqui desafiado a fazê-lo? Não esclarece acerca de um único compromisso assumido com o GR para resolver já em vez de se esperar mais dez anos e diz-nos apenas que aquele e este não são os lugares certos para dar explicações. Gostaria que me dissesse o que, afinal, vai acontecer de bom, o que resolveram e negociaram e para quando porque o «quando» é cada vez mais importante.

O que temos visto ao longo dos últimos tempos é que os conselheiros de ilha e as oposições são cada vez mais parceiros e colaboradores da governação na ilha Terceira. Queremos ver a ilha a andar para a frente mas estamos objetivamente a marcar passo nas grandes obras e nos grandes investimentos.

Senhor presidente, dessa reunião mais ou menos pública, desses acordos mais ou menos secretos, há documentos escritos e compromissos firmados. A democracia é representativa mas quando as bancadas municipais da oposição assumem acordos consigo, com a Câmara ou com a bancada do poder, regra geral, há um compromisso, uma votação e uma ata, aos quais as pessoas com lugar eleito ficam individualmente vinculadas. São estas as questões que lhe coloco e para as quais agradeço as respostas.

Sr. presidente da Câmara – Não houve qualquer reunião secreta. A reunião tida entre mim, o senhor presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e o senhor presidente do Governo Regional, foi coberta pela comunicação social e tornada pública. A reunião foi anunciada, estava na agenda e a comunicação social estava à porta quanto a reunião acabou. As declarações que fiz à saída e vi posteriormente na televisão, foram públicas e conhecidas. Como o senhor deputado dizia, nessa reunião também concordámos em discordar em algumas coisas e continuámos um debate cujo desfecho é esperado nas próximas semanas. Se isso não acontecer, será tornado público e notório mas foi esse o compromisso assumido.

Não se tratou de nenhuma reunião formal para fazermos uma ata, mas sim de um encontro entre três responsáveis políticos. No que diz respeito ao concelho de Angra - sobre o qual devo aqui responder - o debate centrou-se em torno do Porto das Pipas, a questão que mais me tem preocupado devido a um atraso difícil de justificar. Foi assumido o compromisso de uma resolução célere da questão que passa por um estudo que, segundo soube, terá sido entregue a semana passada, e também por uma reunião final que espero ver acontecer nas próximas semanas. Tenho dado nota deste assunto a todos os senhores vereadores da Câmara Municipal e trarei ao conhecimento desta Assembleia quando essa reunião se concretizar. Em relação ao Conselho de Ilha, parecia-me perfeitamente despropositado fazer intervenções sobre matérias que tinha acabado de discutir.

Embora não deva servir de desculpa, creio que as reuniões do Conselho de Ilha naquele formato não serão as mais produtivas mas não sou o seu presidente nem me cabe organizá-las. A questão concreta do Conselho de Ilha deve ser discutida na próxima reunião na presença da Mesa do Conselho e dos seus membros.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria que ficasse em ata que não se tratou de uma reunião do Conselho de Ilha; aquilo foi uma farsa e uma manobra de propaganda do Governo e não tenho

medo dos termos que uso. Se a Câmara Municipal e o seu presidente e o Governo Regional e o seu presidente, continuarem a concordar que discordam relativamente à obra do Porto das Pipas e nada acontecer, o que é que a Câmara fará?

Sr. presidente da Câmara – Alguma coisa há de acontecer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É que já andámos nisto há muito tempo. Gostaríamos de saber o que fará a autarquia se o Governo Regional continuar a desrespeitá-la e a desrespeitar os seus interesses.

Sr. presidente da Câmara – Quanto a isso, não há nada a responder. É óbvio, não é?

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período compreendido entre 8 de setembro e 9 de novembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Nada de particularmente importante há a assinalar no período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal. A execução decorreu dentro da devida normalidade e nenhuma das obras em curso apresenta qualquer dificuldade. Como tive oportunidade de dizer há pouco, a construção do sistema de separação de esgotos vai continuar a causar alguns incómodos mas esperamos ser breves e que as coisas decorram dentro do que está programado.

A obra do Centro Interpretativo segue a bom ritmo, está a ser executada dentro do que se esperava e a aproximar-se da sua fase final com a instalação da cobertura. A outra maior obra que temos, a requalificação do Fanal, está a também a decorrer dentro da normalidade esperada.

Nada há a assinalar no que diz respeito à atividade corrente do município e estamos numa boa situação financeira. Imaginei que este fosse um ano difícil devido ao problema do não cofinanciamento da obra do Centro Interpretativo mas as medidas de controlo orçamental que foram tomadas permitiram-nos chegar aqui sem nenhuma dificuldade de tesouraria. Neste momento temos uma previsão de transição para o próximo ano de cerca de dois milhões de euros entre a Câmara e os Serviços Municipalizados e estamos a terminar o ano sem qualquer restrição financeira.

A evolução do quadro de pessoal mantém-se estável. Saíram duas pessoas e regressaram outras duas que estavam fora, há apenas uma aposentação a assinalar e vamos terminar o ano basicamente com o mesmo número de trabalhadores com que o iniciámos.

Sr. d. m. Luís Brasil – Muito bom dia senhor presidente e caros membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Há uns meses foram apresentadas nesta Assembleia duas recomendações por parte do CDS-PP à pasta do Governo Regional que tutela as obras públicas relativamente a uma ponte pedonal a instalar na zona entre a escola de S. Bento e o complexo desportivo João Paulo II. Posteriormente, e uma vez que há uma deslocação considerável de pessoas entre a rotunda da praça de touros e o estádio, o PSD apresentou uma proposta complementar no sentido de, aquele passeio existente no lado direito, ser transformado com condições para que as pessoas possam circular por ali a pé e em segurança.

Gostava de saber qual a explicação da Câmara acerca do esgoto a céu aberto que ontem foi novamente visto e filmado no Fanal, cujas imagens circulam pelas redes sociais, e se a Prainha, muito falada este verão, no próximo ano será uma zona balnear ou zona de banhos.

A minha quarta questão prende-se com o estádio municipal de Angra que conta com longos anos e um historial muito grande de contributo ao desporto, nomeadamente à modalidade do futebol. Um pouco por todo o lado, inclusive noutras ilhas mais pequenas do arquipélago dos Açores, os estádios têm sofrido melhoramentos ao nível das coberturas. Uma vez que a proposta de orçamento para 2019 não contempla verbas destinadas a esse fim, pergunto se a Câmara tem alguma intenção de construir uma cobertura, ao menos sobre a bancada central daquele estádio.

Sr. presidente da Câmara – Em relação à sua primeira questão, que eu saiba não foi recebida qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Quanto ao esgoto do Fanal, o mesmo terá que continuar a correr para o mar intermitentemente porque, no âmbito da obra que ali está a ser feita, a estação está a ser parada periodicamente para substituição de equipamentos no sentido de garantir uma maior fiabilidade a partir do próximo verão quando aquele espaço for mais frequentado. Estamos a substituir equipamentos e há obras em curso na estação elevatória do Fanal que continuarão ao longo dos próximos dois meses.

Quanto à Prainha, ainda não foi tomada qualquer decisão. Em fevereiro haverá uma reunião entre as câmaras municipais e o Governo Regional para definir a próxima época balnear onde essa matéria será discutida e decidida.

No que respeita ao estádio municipal, foi elaborado um projeto que resolvermos rejeitar por razões de natureza patrimonial porque a colocação de uma pala tinha um impacto paisagístico enorme que colocava particulares dificuldades do ponto de vista da sua integração naquela paisagem. Quando se olhasse da cidade para o Monte Brasil ou do passeio pedonal para a cidade, notar-se-ia demasiado uma pala, por isso o projeto não foi aceite e pediu-se que fosse rebaixado por não ser o que a cidade merece.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Talvez por estarmos no final do ano ou pelo facto de não ter havido uma redistribuição dos fundos comunitários, parece-me que a atividade municipal se baseia num elenco da presença dos vereadores em eventos sociais e culturais de outras entidades e mantém-se tudo como estava ao nível dos investimentos sem qualquer nova dinâmica. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fornecesse mais alguma informação até porque há notícias acerca de um acréscimo de transferências de fundos estruturais para as autarquias e para as regiões que poderão criar alguma liquidez para novos investimentos. É importante percebermos o que está em agenda para que a atividade municipal seja menos social e uma alavancagem de algo mais importante para o município.

Pretendemos ainda mais algumas informações acerca dos investimentos imobiliários que têm sido anunciados na comunicação social. Em todas as sessões desta Assembleia questiono acerca do estado das grandes ruínas da cidade de Angra e proximidades porque há notícias de investimentos no edifício do antigo hospital, na antiga fábrica da ELA e nos Celeiros. Há rumores acerca dos possíveis investidores e é preciso averiguar da sua capacidade financeira para sabermos se esses investimentos se tornarão uma realidade ou se aqueles edifícios acabarão por ser executados pelos bancos num futuro próximo.

Angra deve ser dos municípios dos Açores com o parque de habitação social mais dispendioso com custos incríveis para o erário público porque as verbas que poderiam ser investidas noutros lados são gastas na manutenção daquelas habitações. Visto que a câmara manifestou já a intenção de alienar algumas dessas casas aos seus ocupantes, gostaríamos que nos dissesse quantas casas foram compradas e qual a situação das rendas em atraso, visto tratar-se de um património extenso e oneroso de manter. É sempre melhor que as pessoas tenham casa própria porque, ao cuidarem dela às suas custas, aliviam o erário público.

O senhor presidente da Câmara já falou aqui da grande obra de saneamento que está a ser feita. Gostaria de saber do estado de funcionamento e manutenção do equipamento de bombagem das estações elevatórias, o que foi substituído desde a conclusão da obra no final da gestão autárquica do PSD há duas décadas, e quais os equipamentos que se mantêm em funcionamento desde aquela altura.

Sr. presidente da Câmara – No que respeita a investimentos novos, referi na minha intervenção anterior que fizemos algum compasso de espera por dúvidas em relação ao financiamento, que agora são em menor grau, e esta semana decorreu uma reunião da Associação de Municípios na qual se tomou um conjunto de primeiras opções claramente a nosso favor. Isto ainda não está devidamente concretizado, haverá nova reunião dentro de duas semanas e espero que as coisas fiquem mais clarificadas até lá.

Quanto aos fundos, desconheço os que virão reforçar e acho até que se estão a evaporar, mas talvez esteja a ser um pouco pessimista porque tudo indica que tenhamos a possibilidade de melhorar o nosso investimento a partir de março ou abril do ano que vem. De qualquer maneira e como já disse, foram tomadas medidas sensatas e estamos a acabar o ano numa situação muito confortável do ponto de vista financeiro apesar de suportarmos integralmente a obra que está a acontecer ao lado do jardim, o que é uma boa notícia para os contribuintes angrenses.

Os investimentos imobiliários são privados, não tenho mais informação do que aquela que por aí circula e não me cabe opinar sobre a capacidade financeira de cada um ou o que fará com aquilo que adquirir. A boa notícia é que estes imóveis foram adquiridos por quem tem um rosto, o que torna o contacto muito mais fácil, e sabemos quem são as pessoas. Os edifícios estavam nas mãos de fundos de liquidação de bancos que não tinham nenhuma relação ou contacto com aqueles imóveis nem com as pessoas de cá, o que tornava qualquer intervenção muito complicada. As coisas ficaram bem mais fáceis e vantajosas como podemos verificar pela enorme limpeza que já foi feita e pela quantidade de lixo retirada do edifício do antigo hospital que já não apresenta aquele ar horrível. Quanto ao resto, o futuro o dirá, cabe a quem adquiriu estes imóveis, apresentar as suas propostas, a Câmara cá estará para as analisar e tudo fará para que estes investimentos tenham sucesso.

Nos últimos três anos o município fez um enorme investimento no parque habitacional. As casas que são propriedade da Câmara estão bem mantidas e arranjadas, coisa que não acontecia há muito tempo, e no ano passado esta Assembleia autorizou a iniciação do processo de venda. O ónus de inalienabilidade do primeiro grande grupo de casas que era possível vender terminou há uma semana no passado dia 15 de novembro e a partir de agora temos a possibilidade de vender; contudo, quando foi preparado o processo de alienação, chegámos a algumas conclusões menos boas visto que a venda dessas casas não vai contribuir em nada para o orçamento municipal, mas sim para o orçamento regional porque foram adquiridas com um empréstimo em que o município é o titular mas é o Governo Regional quem paga o juro. Estamos legalmente obrigados a amortizar o empréstimo respetivo que não é nosso e isto não tem qualquer relevância do ponto de vista do financiamento municipal.

A nossa liberdade de fixação de preços é reduzida. Há duas fórmulas possíveis mas ambas conduzem a preços relativamente elevados porque aquelas casas tiveram também custos de construção elevados. O valor de venda tem a ver com o preço atualizado mais uma taxa de amortização, umas fórmulas matemáticas que fazem com que as casas tenham um preço elevado.

Ainda não vendemos qualquer casa nem lançámos a operação; apenas fizemos um primeiro debate em reunião de Câmara em torno desta matéria e iniciaremos o processo no início do próximo ano. Desconheço quaisquer perspectivas de venda porque não sei como as pessoas irão encarar os valores que serão pedidos e há uma nítida redução de rendas em atraso porque se passou a fazer a execução fiscal dos faltosos.

No que toca às estações elevatórias que são muito antigas, as coisas foram-se avariando e sendo substituídas ao longo dos anos, mantendo-se de origem os sistemas de comando chamados autómatos que estão agora a ser substituídos. Estamos a modernizar o sistema com a colocação de equipamento digital de última geração estandardizado o que tem exatamente a ver com as paragens de que há bocadinho falávamos.

O facto de aquele equipamento ter sido construído propositadamente para aquele fim dificultou imenso a nossa vida porque todas as peças que iam sendo necessárias tinham que ser mandadas fazer. Agora estamos a comprar equipamento *standard* e teremos um autómato redundante de reserva que reduzirá imenso a probabilidade de interrupções do sistema. Está a ser feita a revisão dos sistemas eletrogeradores de emergência para que a estação continue a funcionar na eventualidade de um corte de eletricidade e no fim deste processo ficaremos com duas estações elevatórias novas porque os órgãos vitais com uma maior probabilidade de avarias estão a ser integralmente substituídos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Continuando com o meu rol de questões, sabemos que a lei mudou e os abates de animais em canil deixarão de ser permitidos, o que causará uma pressão imensa sobre as autarquias que possuem centros oficiais de recolha de animais. A Câmara de Angra tem feito investimentos no seu canil e naquele que cedeu à Associação dos Amigos dos Animais e, pela consulta dos documentos fornecidos, parece-me ter havido uma redução da atividade em termos de colocação de *chip's* e esterilizações do departamento competente da autarquia e da sua atividade inspetiva.

A Câmara de Angra talvez seja a única da região com dois veterinários ao seu serviço e ainda bem que assim é. Tendo em conta o esforço em termos de campanhas de adoção e da atividade que ali é desenvolvida, gostaria de saber qual a previsão da autarquia em termos de necessidades de espaço físico para aquelas instalações, lembrando que, antes do bem-estar animal, vem a segurança das populações. É previsível que essas necessidades venham a aumentar porque a principal causa da falta de adoção de animais deve-se a questões comportamentais porque há animais que já não são adotáveis por força de algo que lhes terá acontecido.

Voltando à questão do Teatro Angrense e a sua infestação por térmitas, na altura o senhor presidente da Câmara garantiu-nos a não existência de qualquer problema de natureza estrutural e que se iria proceder à substituição da teia do palco. Gostaria de saber se tem sido feito um acompanhamento àquele imóvel, que é ímpar no património do concelho, e se nos pode continuar a garantir a sua segurança.

Por alguma razão, talvez mediática, as atenções começam a desviar-se para outros sítios que não o património mundial, que precisa de maior intervenção. Devido ao adiamento de investimentos que eram necessários há algum tempo, por força do turismo e do alojamento local, os privados estão a fazer obras no centro histórico como há muito não se via.

Não sei se é de propósito mas, cada vez que questiono acerca do estado de conservação, manutenção e vandalismo dos equipamentos infantis das zonas públicas, mais depressa eles aparecem partidos. Haverá condições para uma vídeo vigilância ou outro tipo de segurança para que cesse de uma vez por todas esta destruição dos equipamentos que as crianças tanto precisam?

O senhor presidente referiu que agora os possíveis investidores dos imóveis em ruínas têm rosto. Pelo que foi vinculado na comunicação social, e sem querer fulanizar ou personalizar, parece-me que um desses investidores já foi dono de algum desses imóveis, foi executado e volta a reinvestir. Esperamos que desta vez as coisas sejam reais e não se eternizem os problemas urbanísticos, de segurança e de pragas urbanas que temos vindo a discutir ao longo dos anos porque, mesmo sendo privados, os investimentos precisarão sempre de licenciamento camarário.

Para concluir, talvez o senhor presidente da Câmara tenha capacidade de se munir de mais informação para que a TERAMB e a nossa CVE possa ter acoplado um centro de tratamento mecânico e biológico que aumente a sua eficiência e reduza os possíveis problemas inerentes à receção de lixos de outras ilhas e da crivagem de resíduos das células mais antigas do nosso aterro fazendo com que a nossa central seja um ponto de geração de energia, emprego e riqueza.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela questão do canil municipal e caso venha a ser necessário, estudámos já a possibilidade de colocar algumas jaulas pré fabricadas que estão aí no mercado. Estão a decorrer conversações com a Associação dos Amigos dos Animais para revermos o enquadramento do funcionamento dos dois canis e em particular, do pessoal que está ao serviço da associação. Temos reduzido o número de animais abatidos e continuamos a abater alguns apenas por razões sanitárias e comportamentais. Está a decorrer a transição para o novo mecanismo dos cheques veterinários que ainda não entrou plenamente em funcionamento e tem causado alguma perturbação no sistema, uma situação que espero ver rapidamente ultrapassada.

O Teatro Angrense está bem e recomenda-se. O edifício foi construído com tecnologia moderna com uma estrutura metálica e uma cobertura em fibrocimento apenas com forras em madeira que foram devidamente tratadas e a teia em madeira que estava fortemente infestada foi pura e simplesmente eliminada. Está a decorrer um processo que está a ser objeto de uma candidatura e visa a instalação de um novo sistema de ar condicionado o que implica uma mexida grande por cima do palco onde este equipamento está instalado e depois será colocada uma nova teia metálica. Não temos ali qualquer problema com térmitas; temos sim uma preocupação no que diz respeito à flexibilidade de utilização do palco para certos espetáculos porque a teia é limitada e não possui a dimensão e estrutura que aquele edifício merece.

As preocupações com térmitas moveram-se para este edifício municipal onde existe uma infestação séria no teto por cima das nossas cabeças que felizmente ainda não chegou ao chão e estamos a desenvolver um trabalho para encontrarmos uma solução no decurso dos próximos meses.

Falando ainda das térmitas de um modo mais genérico, nos últimos anos entraram no mercado várias empresas e as coisas mudaram substancialmente com respostas químicas adequadas. A solução por meios térmicos acabou por sair gorada e a empresa que tentou entrar no mercado não sobreviveu, mas o tratamento químico avançou bastante e apresenta melhores soluções. Por outro lado, há de facto, um grande investimento do ponto de vista do imobiliário que se tem traduzido na eliminação de alguns dos principais ninhos que tínhamos no interior da cidade mas este continua a ser um assunto sério nada fácil de resolver nas próximas décadas.

No que toca ao vandalismo, se calhar teremos mesmo que partir para a videovigilância porque a despesa com estas ocorrências não se limita aos equipamentos infantis; é extensiva à iluminação pública, aos bancos, aos caixotes do lixo, a todo o lado. Temos sofrido muito do ponto de vista financeiro devido a atitudes menos boas por parte de algumas pessoas. A questão da videovigilância é delicada e tem um conjunto de regras a cumprir porque mexe com a privacidade e com a liberdade das pessoas mas, se as coisas continuarem neste pé, terá que ser seriamente considerada.

Quanto aos investidores dos imóveis, sabemos quem os representa mas não faço ideia quem são e acompanharemos essa matéria nos próximos meses. Como isto aconteceu há muito pouco tempo, não temos ainda uma noção clara da sua evolução.

No que respeita à TERAMB, pretendemos criar um espaço para que as operações prévias à entrada no búnquer da estrutura possam ser feitas num sistema coberto. Há um projeto feito, é necessário um investimento de cerca de 2,5 milhões de euros que temos condições para fazer, mas achámos melhor adiá-lo porque é preciso esclarecer primeiro o que vai acontecer em S.

Miguel e a solução que lá venha a ser adotada. Precisamos de um compasso de espera porque não é sensato partirmos para esse investimento sem que o assunto do encaminhamento dos rejeitados daquela ilha fique devidamente esclarecido. Essa matéria não está esquecida e temos mantido contactos permanentes com os municípios de S. Miguel no sentido de irmos acompanhando o desenvolvimento deste dossiê para tomarmos atempadamente as decisões necessárias.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Voltando ao assunto do Conselho de Ilha, vemos alguns sinais de que a Terceira já ultrapassou o pior e vive numa época pós PREIT como podemos constatar pela expansão das barraquinhas aqui em frente. Temos a primeira fila, depois a segunda fila com barraquinhas mais pequenas e se calhar, a seguir teremos a fila dos guarda-sóis e dos banquinhos, sinais bastante notórios do desenvolvimento económico. Acho que o PREIT até já morreu e foi enterrado.

Há pouco falou-se aqui dos incómodos no trânsito provocados por certas obras que, por vezes, sofrem alguns atrasos. Há vários investimentos a decorrer no Alto das Covas, na rua dos Canos Verdes, na rua da Rocha e na rua do Salinas e outros estarão prestes a iniciar-se. Apesar de se tratar de investimentos privados com os seus próprios prazos de execução e respetivas condicionantes ao nível das empreitadas e dos financiamentos, é necessária alguma atenção a estas questões para se melhorar a comunicação com os residentes e com quem circula pela cidade e a Câmara tem acesso às informações respeitantes a estas obras através dos respetivos licenciamentos.

O troço ao pé da avenida Álvaro Martins Homem e da praça de touros foi encerrado no próprio dia em que se iniciaram as obras. Bem sei que houve publicação nos jornais mas as pessoas acabaram por ser apanhadas de surpresa, entrando em ruas e circuitos sem saída na busca de percursos alternativos. O senhor presidente da Câmara às vezes lembra o que é feito noutros países mas já vi alertas e informações mais pormenorizadas sobre as alternativas ao trânsito e ao acesso a determinadas zonas.

Deveria haver melhor coordenação e mais sinalética espalhada por alguns pontos da cidade como forma de alerta no sentido de evitar que os condutores se metam por atalhos e em trabalhos. Já se sabe que só valorizamos as coisas quando elas nos faltam e aquele troço de estrada fez chocar uma quantidade enorme de trânsito e pessoas. Tudo o que vem pelo litoral tem que sair ali e houve uma só forma de escoamento para os funcionários e residentes da zona do tribunal, da biblioteca pública ou da escola Emiliano de Andrade.

A Câmara tem a obrigação de fazer um pouco mais e deveria ter sugerido algumas alternativas. Uma grande parte do trânsito que sobe a avenida Álvaro Martins Homem quer virar à direita para fazer o percurso na rotunda e quem pretende virar à esquerda para regressar ao centro da cidade fica preso numa fila. Como trabalho ali ao pé, pude constatar que o polícia sinaleiro não esteve lá no primeiro dia, tem estado de forma intermitente e quando lá está, o trânsito melhora. Para mim é até um alívio quando ele não está porque deixo de ouvir aquele apito constante mas é terrível para quem circula de carro porque o semáforo não dá escoamento suficiente ao trânsito.

Fica aqui a sugestão para a criação de algumas restrições temporárias ao estacionamento na avenida Álvaro Martins Homem com vista a facilitar o fluxo de trânsito que canalizou todo para ali ou para a zona do liceu por onde circulam também os autocarros de transporte escolar e os carros dos pais que lá vão recolher os miúdos ao fim do dia.

Numa cidade com a dimensão da nossa é incompreensível que um percurso tão simples desde o Alto das Covas até à rua da Guarita demore cerca de meia hora, o que poderia ter sido evitado com alterações temporárias ao trânsito nas duas semanas em que decorreu a obra.

Ainda a respeito do assunto das térmitas, numa próxima discussão e quando a Câmara for contactada para dar o seu parecer, deviam ser feitas algumas correções ao cálculo do rendimento *per capita* de cada agregado familiar tendo em conta também o grau de deficiência dos residentes. Atualmente os escalões são calculados pelo rendimento bruto e geram-se assim situações de participações muito elevadas por parte de quem não tem rendimentos para tal.

Ao que consta, parece que a partir de hoje haverá novidades na vida noturna angrense com a inauguração de um espaço prevista para os próximos dias. Lembro que estão em vigor regulamentos sobre estas atividades que devem ser cumpridos e não, mais ou menos flexibilizados pelo surgimento de espaços novos ou renovados, apesar da sua necessidade para cativar o turismo e para o bem-estar da população residente. Até ao momento ainda ninguém falou dos ruídos e das situações decorrentes do Porto das Pipas mas foi uma conversa tida aqui em muitas outras sessões da Assembleia. As entidades competentes devem ter a noção de que estes regulamentos devem ser cumpridos.

Sr. presidente da Câmara – Sem ter sido convidado e desconhecendo essa inauguração, posso dizer-vos que essa continua a ser uma preocupação porque recentemente voltámos a ter sérios problemas no Porto das Pipas com violência e descatos que não abonam em nada a nossa cidade e quem frequenta aquele espaço. É lamentável que tal tenha acontecido e espero que as medidas tomadas de maior controlo venham a surtir alguns efeitos. Da parte da Câmara, não há qualquer vontade no sentido da flexibilidade, antes pelo contrário, continuamos com a necessidade de operacionalizar melhor aquilo que já temos em vigor.

Pela minha parte também acho que as coisas não correram bem no fecho do trânsito lá em cima porque o senhor empreiteiro não cumpriu o que deveria que era a colocação da sinalização a maior distância. Tinha sido anunciado o início da obra que só começou quatro dias depois, o que baralhou toda a gente, e quem leu o jornal, pensou que já não era e afinal foi. Lamento que tal tenha acontecido e foram tomadas as necessárias medidas corretivas.

Sra. d. m. Antónia Sousa – Sou residente na chamada rua das árvores que foi revitalizada e está muito bonita mas atualmente temos o alojamento local do Isaías, o hotel Angra Marina e a pousada do Castelinho com muitos turistas por ali a circularem e há muito lixo na nossa rua, algo que não acontecia. Sei que é uma questão de falta de civismo por parte das pessoas e já falei com o senhor presidente da junta que é meu vizinho e damo-nos muito bem, mas a verdade é que não temos caixotes de lixo na nossa rua nem na rua Jacinto Cândido, conhecida como a rua da EDA. Não há caixotes de lixo naquelas três ruas; existe um junto à roulotte dos kebab's mas não se vê nenhum até ao Castelinho e os miúdos que vão para o Porto das Pipas deixam por ali imenso lixo.

Tenho um cão e faço aquele percurso com ele todos os dias, levo o meu saco e a luva que até tenho aqui no bolso, e não há nenhum caixote de lixo onde se possa depositar os resíduos dos animais. Aquilo está muito bonito mas as ruas estão muito sujas, o que não era habitual, e até no outro dia alguns turistas espanhóis falaram disso.

Sr. presidente da Câmara – Fica a nota de que vamos agir rapidamente em colaboração com a junta de freguesia.

Não se registaram mais intervenções. A informação relativa à atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Aplicação de regime de derrama. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Sr. presidente da Câmara – A proposta visa manter o regime de derrama exatamente como está em vigor neste ano de 2018. Tínhamos recebido apenas 17 mil euros quando o orçamento

foi elaborado e neste momento a coleta ronda os 38 mil. O estudo inicial estava correto e apontava para 50 mil euros, provavelmente atingiremos esse valor, mas a derrama está inscrita no orçamento de 2019 no valor de 17 mil euros para evitar o empolamento de receitas.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a proposta constante do Ponto 1.2 foi aprovada por unanimidade.

1.3 - Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2019. Para aprovação nos termos dos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – Vamos manter o mesmo que está em vigor desde há três anos sem qualquer alteração.

A proposta constante do Ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade.

1.4 - Proposta de Tarifa social de água e águas residuais nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 3.º com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, caros colegas. Desde 2011 que mantemos a tarifa social e de águas residuais e adotámos a nova tarifa de acordo com o decreto-lei de 5 de dezembro de 2017. Por solicitação da Câmara Municipal, a DGAL informará os clientes que reúnem os pressupostos para a aplicação desta tarifa social que será de aplicação automática.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Na conferência de líderes o senhor presidente da Câmara falou-nos do processo de aplicação mediante uma alteração de uma lei nacional mas é necessário algum cuidado para não se criar uma multiplicidade de benefícios que, apesar de pequenos e possíveis de aplicar ao munícipe a título individual, poderão tornar-se num grande peso cêntimo a cêntimo para os encargos da autarquia no que diz respeito à cobrança ou perda de receita com as complicações administrativas implicadas.

Julgo que este procedimento poderá servir de exemplo mas também de alerta porque a simplificação administrativa é já por si um benefício. A criação de mais um cartãozinho ou outra pequena coisa com poucos cêntimos de diferença não beneficiará o munícipe de forma significativa e este exemplo de simplificação administrativa poderá ajudar mais. Talvez assim o cidadão se sinta mais atraído em procurar a autarquia à procura destes benefícios e há muita gente que se poderia candidatar e não o faz por desconhecer alguns destes apoios que poderiam ser melhor publicitados.

Sr. presidente da Câmara – Não estamos a fazer nada de novo, estamos simplesmente a alterar. Já tínhamos uma tarifa social desde 2011 que se vai manter e apenas será reestruturada por força de um decreto-lei publicado a 5 de dezembro de 2017 que refere que a sua aplicação deixa de depender de requerimento. Há uma listagem que é obtida junto do sistema fiscal e enviada pela DGAL que indica quais as famílias elegíveis. A sua aplicação é automática e vem no sentido do que o senhor deputado defendia.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 - Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo acompanhados do mapa de pessoal para 2019, proposta de autorização para assunção de compromissos relativos aos procedimentos concursais a iniciar em 2019 e proposta de

autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos de carácter plurianual, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- Despesas de investimento: 1 289 750,00 € (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: 5 954 400,00 € (cinco milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos euros).
- Receitas de capital: 688 890,00 € (seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e noventa euros).
- Total geral das receitas: 6 643 290,00 € (seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa euros).
- Despesas correntes: 5 181 140,00 € (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, cento e quarenta euros).
- Despesas de capital: 1 462 150,00 € (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta euros).
- Total geral das despesas: 6 643 290,00 € (seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa euros).

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos das alíneas a) e o) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

1.6 - Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2019, apresentando os seguintes valores:

Grandes Opções do Plano:

- Despesa: 9 487 120,00 € (nove milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e vinte euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: 15 760 953,00 € (quinze milhões, setecentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e três euros).
- Receitas de capital: 3 476 177,00 € (três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e setenta e sete euros).
- Total geral das receitas: 19 237 130,00 € (dezanove milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e trinta euros).
- Despesas correntes: 11 950 511,00 € (onze milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e onze euros).
- Despesas de capital: 7 286 619 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e dezanove euros).
- Total geral das despesas: 19 237 130,00 € (dezanove milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e trinta euros).

O mesmo orçamento contém o mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2019, o plano de formação para 2019 e a proposta de venda parcial do parque habitacional, bem como as normas sobre a execução orçamental. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos das alíneas a) e o) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Mesa – Passemos à discussão conjunta dos Pontos 1.5 e 1.6.

Sr. presidente da Câmara – Os documentos que estão em cima da mesa mantêm a mesma orientação estratégica dos anos anteriores e foram elaborados com prudência no sentido de se evitar o endividamento municipal e procurar canalizar os recursos para aquelas atividades de maior retorno.

Vamos manter a estabilidade e não há nada de novo do ponto de vista das receitas e das despesas. Houve uma transição de trabalhadores para a Câmara Municipal que originou uma falsa redução de 163 para 144 trabalhadores nos Serviços Municipalizados com o objetivo de manter as suas contas estabilizadas. O volume global do Grupo Municipal mantém-se sensivelmente o mesmo com um total de 373 trabalhadores no ano que vem com uma redução de dois lugares.

O orçamento global do Grupo Municipal do ponto de vista das receitas e das despesas situa-se na casa dos 25,8 milhões de euros, haverá uma transição na casa dos 2 milhões de euros e a partir de março do ano que vem teremos um orçamento próximo dos 28 milhões, sensivelmente o mesmo que tivemos em 2018.

Temos uma dívida cada vez menor. Neste momento o município tem 12 097 000,00 € de dívida, dos quais, 7 600 000,00 € são dívida excluída que não conta para o limite de endividamento e tem a ver com algo que referi há pouco, a dívida que foi contraída para os bairros sociais que é paga integralmente pelo Governo Regional.

Temos 4,5 milhões de euros de dívida do município, um valor verdadeiramente irrisório dada a dimensão do nosso orçamento, e é por causa disso que, pela primeira vez nos últimos cinco anos, se abre a possibilidade de a Câmara poder vir a contrair algum empréstimo através do IFRRU na hipótese de seguimento dos investimentos na igreja das Concecionistas e de Santo António dos Capuchos. Se o cofinanciamento do Centro Interpretativo for aprovado, ficaremos com dinheiro suficiente para apoiarmos a construção dessas duas igrejas sem a necessidade de contração de dívida. Se tal não vier a acontecer, como temos um *stock* de dívida tão pequeno, está incluída pela primeira vez neste orçamento a possibilidade de a Câmara se vir a endividar no IFRRU, mas de curto prazo, já que há condições financeiras para que essa dívida seja absorvida pelo orçamento municipal no ano 2020. Será apenas uma questão transitória para permitir o arranque dessas obras sem demoras.

Este orçamento mantém a saúde financeira do município e dá resposta às necessidades da Câmara. Para vos dar uma ideia, a nossa capacidade de endividamento neste momento é de 16,3 milhões de euros sem pedirmos autorização a ninguém, é óbvio que não o vamos fazer, mas é a melhor medida do equilíbrio financeiro em que se encontra o município.

Não vamos arrancar com outras grande obras enquanto as questões financeiras das atuais não estiverem devidamente esclarecidas. Visto que as últimas reuniões foram extraordinariamente positivas, espero que no próximo ano se concretizem as grandes obras da igreja das Concecionistas e de Santo António dos Capuchos, o que não vos garanto totalmente por não dependerem apenas da vontade do município. Há um elevado grau de probabilidade que estas obras arranquem no início do ano o que será uma excelente notícia para a cidade. Para além do grande esforço que tem vindo a ser feito pelos privados, ficarão também resolvidas as duas maiores estruturas ainda em ruínas desde o tempo do sismo e num momento histórico poremos um ponto final no trauma de 1980.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Vamos lá ter uma conversinha séria de gente crescida na continuação daquela que iniciámos no período de antes da ordem do dia, para os que se encontram aqui a assistir e para os que estarão lá fora atentos aos nossos trabalhos através da comunicação social.

Todos sabemos porque é que as contas e as finanças da Câmara de Angra estão direitas, senhor presidente; é que, nos dois ou três mandatos anteriores ao seu, por força da dívida e das contas não andarem certas, outra coisa não puderam fazer senão endireitá-las. O senhor presidente recebeu más heranças mas também herdou uma Câmara com as contas equilibradas porque as dívidas lá foram sendo pagas.

Há outra questão pessoal que tem a ver com a sua forma de gerir e que não condeno, apenas constato. O senhor presidente da Câmara apenas faz documentos previsionais para a alteração orçamental seguinte que vem na sessão seguinte da Assembleia Municipal e faz como o tio Patinhas: quando vem mais um dinheirinho, acrescenta-se mais uma obracinha e não se faz um orçamento que preveja coisa nenhuma. O senhor abstém-se de prever e lá vamos andando à medida que se vai recebendo.

Tem sido possível gerar-se nesta Assembleia um conjunto de entendimentos entre o poder e a oposição para que não enchamos a boca dizendo que a nossa terra é mais importante do que as opções partidárias. Temos conseguido encontrar soluções que fazem com que a nossa terra seja, de facto, mais importante do que a luta partidária propriamente dita, todos sabemos que um voto num debate orçamental tem componentes políticas e de conteúdo e centramo-nos no conteúdo quando ele é mais frágil. Basta olharmos para o concelho vizinho quando as finanças estão desequilibradas e em que é mais fácil debater o conteúdo. Quando as finanças estão em dia, independentemente do sentido do voto, centramo-nos no debate das questões políticas.

Se nos têm unido as preocupações com a alavancagem da economia do concelho e da ilha e a falta de concretização de investimentos por fruto das circunstâncias do enquadramento temporal e político, este parece-me o momento certo para um conjunto de opções e as alternativas nada fariam que não tivesse já sido feito até hoje e com resultados nenhuns. Se pretendemos resultados diferentes, precisamos de opções diferentes mas a política também é feita por pessoas. Os compromissos políticos têm representantes e foram assumidos em primeiro lugar pelo presidente da Câmara e pelos vereadores, incluindo os da oposição. Assumo aqui responsabilidades políticas pessoais numa negociação orçamental e num acordo com a autarquia e com o seu presidente que se chama Álamo de Meneses.

O voto favorável dos eleitos pelo PSD em Angra do Heroísmo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano que estamos aqui a discutir pretende evitar todas as desculpas para que não se concretizem os investimentos prometidos para Angra e para a ilha Terceira. Não falta a esta Câmara uma oposição construtiva, dialogante e colaborante que espera ver cumpridas as propostas do Partido Socialista ao nível local e regional e não sejam adiadas por mais dez anos.

Os consensos são desejáveis, possíveis e alcançáveis e é incontornável o momento difícil que a ilha Terceira está a passar. Ao contrário do que disse o vice-presidente do Governo, a crise existe e os planos de revitalização económica devem ser materializados em investimentos e obras concretas em vez de permanecerem um agrafado de intenções no papel. O senhor presidente da Câmara não o quer discutir mas, pelo que aconteceu no Conselho de Ilha, todas as desculpas parecem servir para adiar ou suspender os investimentos há muito prometidos e que a nossa economia tanto precisa.

Vamos tratar das competências municipais porque, também em Angra, as coisas costumam demorar muito tempo. O Centro Interpretativo, com os problemas de financiamento que o senhor presidente da Câmara referiu, sempre mereceu as dúvidas e a oposição do PSD pelas razões que o senhor acabou de constatar e admitir. Relembro que as escolas que conseguiu concluir e inaugurar já no decurso do seu mandato e a obra de consolidação da orla marítima do Fanal, também têm mais de dez anos e já se arrastavam desde o mandato da presidente Andreia Cardoso.

Em mais lado nenhum se deixam cair compromissos de quem ganha eleições como tem acontecido na Terceira e em Angra do Heroísmo. Perante esta realidade, e como somos uma

oposição séria, a única ferramenta que podemos utilizar é a negociação de consensos, replicando sem tirar nem pôr aquilo que todas as juntas de freguesia fazem com o seu presidente de Câmara quando querem resolver os seus problemas. A oposição na Assembleia Municipal e na vereação camarária fez exatamente o mesmo que uma junta de freguesia, negociando um pacote de problemas e apresentando-os à Câmara.

É também hora de saudar o presidente da Câmara por aceitar introduzir essas propostas nos documentos previsionais, abrindo-lhes as rubricas. Agora falta - e é sua responsabilidade - fazer como o tio Patinhas, materializar, colocar o dinheirinho nas rubricas abertas e fazer as obras. Está aqui a ser feita a assunção pessoal de responsabilidades políticas por parte de quem aceita esse acordo consigo e sabe que está a jeitinho para ser enganado, mas compete-lhe fazer a sua parte... Sem se rir com essa cara marota.

Como já foi referido, estamos a assumir as nossas responsabilidades para que os interesses da terra sejam colocados acima de quaisquer outros. As propostas que apresentámos e foram aceites pela Câmara, foram:

- A construção da casa mortuária na vila de S. Sebastião;
- O prolongamento até à Silveira da obra de proteção costeira da orla do Fanal com acessos ao mar para zonas de banhos, aproveitando as máquinas e as condições instaladas no terreno;
- A manutenção do mercado municipal no local onde se encontra com estacionamento subterrâneo, abandonando definitivamente o projeto aberrante de construção de um novo mercado no Bailão do modo como foi apresentado;
- A criação de um estacionamento com dois pisos naquele parque junto à Fanfarras Operária;
- A criação de um outro estacionamento também com dois pisos no atual parque de estacionamento da rua da Queimada ao lado da escola do Alto das Covas;
- A criação no Monte Brasil do parque histórico e natural da ilha Terceira com gestão da Câmara Municipal e do seu departamento de cultura de modo a promover a exploração dos espaços, o fornecimento de serviços culturais, turísticos, de restauração ou do que quer que seja por protocolo com a autoridade militar e com as competências da região;
- A construção do quartel de bombeiros dos Altares com obtenção de financiamento definido nos documentos previsionais;
- O abandono do projeto de construção de um crematório em Angra, uma vez que existe já um no concelho da Praia da Vitória e não é necessária a duplicação de infraestruturas idênticas numa ilha tão pequena;
- A celebração de um protocolo com a Academia de Dança de S. Bartolomeu para a construção de instalações para a prática da sua atividade;
- A inclusão da pavimentação de estradas também na freguesia de S. Bartolomeu nas empreitadas de sobras de estrada;
- A dotação de verbas para a junta de freguesia das Cinco Ribeiras para intervenções na zona balnear e o estudo de uma solução para permitir a descida até ao miradouro do Poço Negro e Água Azeda na freguesia do Raminho que é uma zona perigosa mas com interesse em termos patrimoniais porque aquela fonte foi muito utilizada e deixou de o ser depois do sismo de 1980.

Entendemos que estas propostas, que foram apresentadas pelos vereadores do PSD e subscritas pelo grupo municipal, são equilibradas e realistas, foram todas aceites pela Câmara e esperamos que passem das intenções às concretizações.

Senhor presidente, este é um voto de quem quer servir com verdade e honradez e anunciou na campanha que queria levantar Angra; como não o pode fazer no poder, pretende fazê-lo na

oposição. Este é um voto que compromete a sua credibilidade e a de quem, de fora, não investe em Angra nem na ilha Terceira. Estou a falar do Governo Regional, de Vasco Cordeiro e de Sérgio Ávila que têm que perceber que aqui conseguimos entender-nos quando é preciso e não há desculpas. É o PS que comanda isto tudo e, falando em abono da verdade, não precisa dos votos do PSD para nada porque tem a maioria absoluta aqui, na vereação camarária e no parlamento regional.

Volto ao início da componente política do voto porque tudo isto está nas mãos do Partido Socialista e não, na minha retórica. Senhor presidente, este não é um cheque em branco, é um dedo em riste que nos compromete como oposição e estamos aqui a dar a cara mas agora é a sua vez.

Sr. presidente da Câmara – Volto a frisar que este é um entendimento voluntário que honra as duas partes e não fizemos um acordo devido à necessidade de votos para o que quer que seja. Acordámos num conjunto de iniciativas porque, de ambos os lados, acreditámos que elas são benéficas para o município. A procura de recursos que temos disponíveis de forma útil e eficaz é o que nos deve unir, ultrapassando as naturais diferenças que também devem existir por serem uma das essências da democracia que justificam a possibilidade deste debate.

Há, de facto, um conjunto de compromissos, muitos deles assumidos também pelo Partido Socialista nas respetivas freguesias e no seu manifesto eleitoral que foi sufragado pelas pessoas. Temos aqui um conjunto de objetivos comuns a ambos os lados, boas condições para lhes dar execução e vamos todos trabalhar para que isso aconteça.

Na minha intervenção anterior esqueci-me de um aspeto importante que é introduzido neste orçamento e tem a ver com uma reforma profunda no relacionamento entre a Câmara e as juntas de freguesia. O acordo em vigor vinha de 2012 e estava em boa parte ultrapassado pelo evoluir da realidade e por um conjunto de acordos parcelares que foram sendo feitos ao longo do tempo.

Na proposta de orçamento foi introduzida uma medida de transparência com a inclusão de uma tabela com os valores e a fórmula de cálculo sobre a maneira como as verbas são distribuídas para as juntas de freguesia que passou assim a ser pública e pode ser consultada a qualquer momento. Isto vai implicar um grande aumento de transferências de verbas para as juntas e vamos fazê-lo sem aumentar a despesa do município, partilhando simplesmente a verba que tínhamos alocada aos programas ocupacionais que vai ser usada em favor das freguesias com um conjunto de contrapartidas assumidas pelos senhores presidentes de junta para mantermos este concelho limpo e arrumado.

Esta tem sido uma história de sucesso. Com esta nova fórmula de distribuição criam-se ainda melhores condições para que as juntas de freguesia possam continuar a fazer esse trabalho junto das suas populações que tem sido excecionalmente bom e não nos motiva nenhuma razão de queixa.

O município vai transferir mais do que aquilo que o Estado transfere, ou seja, as juntas de freguesia do concelho de Angra vão ver mais do que duplicada a sua disponibilidade financeira para os próximos três anos, o que terá com certeza um impacto grande na boa gestão dos espaços públicos, na manutenção da limpeza e na ajuda às populações.

Está a ser aqui feito um grande esforço que se traduz numa transferência de cerca de 800 mil euros por ano para as juntas de freguesia, um valor muito significativo que honra o nosso município e é uma forma de selarmos este compromisso que existe entre a Câmara e todas as freguesias do concelho no sentido de gerirmos bem a coisa pública, dando respostas adequadas às necessidades dos nossos concidadãos.

Dentro do mesmo âmbito vamos manter o esforço de colaboração financeira com as diversas entidades no sentido de financiarmos as obras de manutenção e gestão do património para que

possamos continuar a dizer que não há edifícios públicos ao abandono no concelho de Angra. Basta passar pelos nossos impérios, igrejas, casas do povo e sociedades e não se vê um edifício degradado devido a um esforço muito grande feito pelo município e pelas múltiplas direções que vão tomando conta destes espaços. Creio que satisfaremos os interesses das juntas de freguesia que assim veem a sua autonomia aumentada e também a sua responsabilidade neste processo.

Está-se a iniciar um processo de transição numa outra área importante que visa defender os interesses dos trabalhadores dos programas ocupacionais sem gorarmos as expectativas criadas, defendendo o interesse público e criando condições para uma adequada reintegração dessas pessoas no mercado de trabalho não subsidiado.

Quero apresentar aqui publicamente o meu agradecimento aos senhores presidentes de junta pela compreensão que tiveram no processo negocial ao longo dos últimos meses e o esforço que foi feito no sentido de encontrarmos uma fórmula transparente e adequada para alocarmos recursos a todas as nossas freguesias. Mais uma vez expresso o meu agradecimento aos partidos da oposição pela oportunidade que nos dão para desenvolvermos um trabalho que é de todos a favor de todos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Se o deputado Luís Rendeiro diz que, tanta concordância o faz dormir mal, não sei como vai ser depois de tudo o que acabámos de ouvir. O CDS-PP não embarca nesta harmonia toda pelo conteúdo político subjacente a estes instrumentos porque nos apresentámos ao ato eleitoral com um determinado conjunto de ideias. O PS ganhou com toda a legitimidade e mereceu a confiança dos eleitores através de um conjunto de projetos que deixaram de constar e caem deste orçamento. Do nosso ponto de vista, os eleitores angrenses ficaram duplamente prejudicados porque não puseram o CDS-PP a governar a Câmara e porque o Partido Socialista não está a governar de acordo com as propostas que apresentou no seu manifesto eleitoral.

Concordamos com alguns aspetos da gestão municipal, nomeadamente com as isenções aplicadas às taxas de IMI como incentivo aos jovens e ao desenvolvimento do concelho. Apesar de uma das grandes obras em curso que é o Centro Interpretativo, ter sido proposta pelo CDS-PP há três mandatos, não há motivos suficientes que mereçam o nosso voto favorável. Vamos votar contra estes dois documentos e espero que dê frutos o entendimento entre os outros dois partidos, apesar de não ser essa a solução que o concelho precisa.

No ano passado, por altura da votação do plano e orçamento da Câmara que incluía a atribuição de fundos para a reconstrução da igreja das Concecionistas, referi o facto de eu ser um dos membros do conselho fiscal da Santa Casa da Misericórdia e existir um possível conflito de interesses. Penso que este ano a situação é um pouco diferente por se tratar de um processo em curso em que a nossa influência não terá o mesmo peso, mas deixo mais uma vez à consideração da Mesa da Assembleia a decisão sobre o meu voto.

Sr. presidente da Mesa – Julgo não haver qualquer incompatibilidade dado que já está aprovada a execução da obra. Segundo o entendimento da Mesa, não há razão para que o senhor deputado saia da sala.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Pelo que ouvimos nesta sala, estão gerados consensos à volta deste plano e orçamento a bem da nossa cidade que é única e excepcionalmente bonita pela sua história e pelo seu património arquitetónico, cultural e humano. Os seus habitantes precisam que o plano se concretize para modernizar e tornar mais atrativa a cidade e todo o nosso concelho.

Este é um plano equilibrado e de continuidade onde se destaca a importância que foi dada ao desenvolvimento rural através da articulação com as freguesias para a manutenção do património do concelho e a reabilitação e manutenção dos edifícios históricos do nosso centro

urbano. Esperamos que esta rubrica de grande peso garanta melhores vias municipais e a manutenção dos edifícios públicos sem térmitas para que as pessoas se sintam honradas e felizes por cá viverem.

Queremos destacar a importância que foi dada à rubrica destinada à educação, formação profissional e cultura que, a par do nosso património, é a grande opção para o ano 2019, captando cerca de 33,3% do investimento e ainda o programa «ESTUDA+» que abrange os jovens que optam pelo ensino superior. É igualmente importante investir num número cada vez mais significativo de jovens que, à entrada do ensino secundário, optam pelas vias profissionais com vista a apoiar o seu crescimento ao nível profissional, o ganho de competências e uma melhor qualificação que lhes facilite a entrada na vida ativa e no mercado de trabalho na nossa ilha.

Deixamos aqui a nota para que a Câmara, por iniciativa própria ou em articulação com outros agentes, crie programas ou projetos que promovam estágios profissionais em diferentes cidades do continente europeu. Deixo aqui a ressalva que já existem programas específicos para intercâmbios de jovens, nomeadamente ao nível do Eurodisseia. Estando Angra geminada com tantas cidades, a promoção deste desafio poderá facilitar a estes jovens o contacto com outras realidades e contextos do território português durante um certo período para ganharem competências relevantes e riqueza que possam trazer aos postos de trabalho criados na nossa ilha.

Ainda no que respeita à política cultural desta grande rubrica, constata-se a opção por programas de apoio aos artistas locais e é preciso identificar maneiras de envolver as pessoas e trazê-las a estes eventos de forma participada e satisfatória, diversificando esta oferta e enriquecendo a educação cultural nas gerações mais novas.

Destacamos também o investimento feito na construção e conclusão das obras do Centro Interpretativo. Uma vez que existe uma rubrica destinada à aquisição de equipamento básico, gostaríamos de saber para quando se prevê a sua abertura ao público e a forma como está a ser organizado o trabalho científico conducente à recreação e apresentação da história da cidade que constará naquele edifício.

Uma área que me é muito cara e também ao grupo municipal do PS é a ação social. À semelhança do que já vimos na área das infraestruturas com as juntas de freguesia, destacamos e louvamos também a grande capacidade da Câmara Municipal na criação de sinergias e parcerias com as IPSS's e com as associações. Deixamos aqui um desafio à autarquia para, por si só ou através de uma possível articulação com outras instituições, promover alguns campos de férias temáticos que facilitarão a vida das famílias e dos jovens fora do período escolar.

Esperamos que os objetivos estratégicos da Câmara se concretizem e o grupo municipal do PS cá estará para fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a nossa cidade cresça para melhor.

Terminadas as intervenções e após votação, os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.5 foram aprovados por maioria com 34 votos a favor (23 do PS, 10 do PSD e 1 do d. m. independente) e 2 votos contra do CDS-PP.

O Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2019 constante do Ponto 1.6 foram aprovados por maioria com 34 votos a favor (23 do PS, 10 do PSD e 1 do d. m. independente) e 2 votos contra do CDS-PP.

1.7 - Segunda Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Trata-se essencialmente de um reforço da verba destinada à recolha de resíduos que dão entrada na TERAMB e ao contrato de gestão delegada já aqui aprovado para a recolha dos resíduos valorizáveis do concelho.

Posto à votação, o documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (23 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do d. m. independente) e 6 abstenções do PSD.

1.8 - Regulamento Municipal de emissão de cartões municipais de benefício e de adesão ao serviço de teleassistência. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Isto resulta da fusão de três regulamentos pré existentes. O cartão passa a designar-se por «Cartão Sénior» e a alteração de idade passa dos 60 para os 65 anos com a garantia de manutenção de todos os cartões emitidos, independentemente da idade do titular. É alargada a possibilidade da emissão de cartões aos reformados por incapacidade, independentemente da idade, eliminada a restrição ao número de beneficiários do serviço de teleassistência e são criados três escalões. Mantém-se o escalão atual da gratuitidade para quem tenha um rendimento inferior ao IAS e o escalão de 50% para quem usufrua o dobro deste valor. Daí para cima o equipamento pode ser usado mas deve ser pago integralmente à Cruz Vermelha Portuguesa que é a entidade contratante e o custo total é de 23 euros por mês.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – No artigo 5º do anexo deste regulamento fala-se da renovação do cartão 4+ que me tem sido muito útil por motivos familiares. Normalmente o comprovativo do número de dependentes é feito mediante a declaração de IRS e eu tenho enviado a renovação até final de abril já com dados do último ano.

De referir que não consta aqui nada em termos de medidas provisórias de transição para quem tenha cartões em vigor. Um terceiro aspeto constante do Ponto 1.19 tem a ver com o tarifário dos SMAH e faz referência aos titulares do cartão 4+ que vai deixar de existir, por isso deve ser atualizada a referência de acordo com os novos regulamentos aprovados.

Sr. presidente da Câmara – O comprovativo é feito tendo como referência o ano pretérito, ou seja, o que a pessoa declarou no ano anterior. Há aqui um pequeno atraso que não traz grande inconveniente e se a pessoa beneficiar de uns meses a mais não vem grande mal ao mundo. As medidas transitórias são desnecessárias e não é preciso trocar de cartão porque o regulamento refere que todos os cartões emitidos se mantêm em vigor até ao termo da sua validade. A referência é a mesma e o cartão passa a denominar-se «Famílias numerosas».

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É de saudar aquilo que me parece uma evolução muito positiva porque não havia razões para se manter a limitação ao número de aparelhos disponíveis por parte da Câmara. Percebemos que o serviço municipal de teleassistência possa ser disponibilizado de forma gratuita a quem tenha menos recursos e fique também ao dispor de quem tem condições para o utilizar de outra forma, pagando pelo aparelho.

Sra. d. m. Antónia Sousa – Louvo também esta iniciativa do cartão 4+ porque sou família numerosa e pergunto se o mesmo não poderia abranger também espetáculos como o Angra Jazz ou os que constam das Sanjoaninas.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – O grupo municipal do PS louva a iniciativa e temos a certeza que será muito atrativa para todos, sejam mais velhos ou mais novos.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o regulamento constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade.

1.9 - Modelo de unidades orgânicas flexíveis e respetivas atribuições e competências dos Serviços Municipais. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 6.º do

Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal tem um modelo aprovado desde 2012 que mantém a sua validade e no qual se pretende apenas uma alteração num dos limites de chefias que passa de oito para nove e tem a ver com a eliminação pelo Orçamento de Estado do ano passado, de uma restrição que impedia que isso fosse feito. O objetivo é passarmos uma chefia de terceiro para segundo grau sem aumentos de despesa para que depois a Câmara Municipal possa aprovar uma alteração orgânica que liberte esta restrição.

O documento constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade.

1.10 - Listagem de assunção de compromissos plurianuais de 2018. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

Sr. presidente da Câmara – Esta listagem deriva de uma obrigação legal e visa dar a conhecer à Assembleia Municipal os contratos que transitarão para 2019 com implicação no orçamento que acabámos de aprovar. Da listagem constam, não só as empreitadas em curso, mas também a manutenção de equipamentos, etc.

O documento constante do Ponto 1.10 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.11 - Minuta dos acordos de execução de delegação de competência a celebrar entre a Câmara Municipal e todas as juntas de freguesia do concelho de Angra do Heroísmo para os anos de 2019, 2020 e 2021 nos termos das alíneas a), b) e c) do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Para aprovação do órgão deliberativo, tendo em vista:

- a) A autorização para a celebração dos acordos de execução, os quais têm por objeto a delegação de competências do município nas freguesias do concelho para o exercício das competências que constam na proposta;
- b) A autorização para afetação e transferência para as juntas de freguesia do concelho dos recursos necessários à execução dos projetos/obras em causa;
- c) A aprovação da minuta do acordo de execução a celebrar.

Sr. presidente da Câmara – O que consta desta minuta acaba por ser aquilo que já aprovámos no orçamento, a materialização do acordo que foi feito com os senhores presidentes de juntas de freguesia no sentido de dar execução às competências que são transferidas. Os pressupostos são os que constam do orçamento e há apenas uma pequena questão levantada pelo grupo municipal do PS sobre a falha de um número na proposta de acordo que não tem qualquer influência no global. Da parte da Câmara Municipal, a alteração que nos foi proposta é obviamente necessária e creio que estamos perante um acordo muito importante para o futuro do concelho que faz com que as nossas juntas de freguesia sejam, de longe, as mais bem financiadas dos Açores e, provavelmente do país, para que exerçam bem as suas funções numa política de proximidade com consecução real.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – A Câmara Municipal desempenha um papel importante nos programas ocupacionais que são ferramentas fundamentais para a inserção das pessoas no mercado de trabalho e as juntas de freguesia são o órgão de poder mais próximo das comunidades.

Convém acautelar que os trabalhadores afetos a estas tarefas tenham a mesma missão, partindo-se do mesmo princípio e dando oportunidade a quem tem menos competências e formação porque o mercado de trabalho não está ainda preparado para os absorver. Assim, o grupo municipal do PS propõe que seja criado um ponto 3 na cláusula 25 com o seguinte texto: «*Na*

gestão dos recursos humanos necessários à operacionalização do presente acordo de execução, a segunda outorgante obriga-se a privilegiar o recurso aos programas de inserção socio profissional ou outras medidas de emprego adequadas.»

Terminadas as intervenções e após votação, a proposta constante do Ponto 1.11 foi aprovada por unanimidade com a introdução do ponto 3 na cláusula 25ª da minuta em causa.

1.12 - Nomeação pela Assembleia Municipal do novo auditor externo para certificação de contas do Município em que se incluem as contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados para o triénio 2019/2021, a empresa Santos Vaz, Trigo Morais & Associados. Para deliberação do órgão deliberativo nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como já tínhamos discutido em sessão anterior, foi aberto um concurso para auditores que foi ganho por uma nova empresa, Santos Vaz, Trigo Morais & Associados que está certificada para este fim e apresentou a melhor proposta que foi assinada pelo júri.

Após votação, a Assembleia Municipal nomeou por maioria o auditor proposto com 31 votos a favor (24 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do d. m. independente) e 7 abstenções do PSD.

1.13 - Proposta para a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo e estabelecimento de medidas preventivas:

1 - Que a Assembleia Municipal, nos termos do artigo 133.º, n.º 2, alínea b) do RJIGTRAA, delibere no sentido de ser encetado o procedimento com vista à suspensão parcial do PDM, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 38/2004/A de 11 de novembro.

2 - Mais deverá deliberar a Assembleia Municipal que seja solicitado parecer prévio ao departamento do Governo Regional competente em matéria de administração local, nos termos do artigo 133.º, n.º 5 do RJIGTRAA.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se da suspensão da aplicação do plano em duas pequenas zonas na freguesia das Doze Ribeiras no terreno anexo à Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel com vista ao alargamento da sua sala de ensaios e o lote está perto dos 100% de ocupação.

O segundo ponto incluído nesta proposta tem a ver com um pedido por parte de um privado que pretende transformar em alojamento local um edifício localizado num terreno anexo à ermida de Nossa Senhora da Ajuda em Santa Bárbara e é preciso fazer essa suspensão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Já debatemos e votámos aqui um número bastante grande de suspensões do PDM, o que acontece por «dá cá aquela palha» e não deveria ser assim, por isso pergunto para quando uma revisão do plano, tornando-o numa ferramenta vinculativa para resolver os problemas das pessoas e das instituições e para que esta Assembleia não esteja sempre condenada a suspê-lo, violando-o.

Sr. presidente da Câmara – O nosso PDM contém, de facto, um conjunto grave de defeitos que urge corrigir. Há três anos foi encomendada uma revisão que está na fase de consultas obrigatórias e esperamos vê-la presente a esta Assembleia dentro de pouco tempo.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.13 foi aprovada por unanimidade.

1.14 - Proposta para readmissão do Município à ART - Associação Regional de Turismo. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea n), n.º 1 do artigo 25.º da Lei

n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta matéria foi já discutida na última sessão da Assembleia e trata-se apenas de lhe dar execução real. A ART teve uma alteração no seu percurso e chegámos à conclusão que as razões que nos tinham levado ao abandono daquela associação, já não se mantinham. Num entendimento com os municípios dos grupos central e ocidental que tinham também manifestado a sua intenção de sair da associação, houve um «voltar atrás» e os municípios resolveram que valia a pena manter a ART neste contexto municipal porque os sócios não municipais são as câmaras do comércio de Angra e da Horta.

Sr. d. m. Luís Brasil – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Há uns anos, a ART corria o risco de se extinguir, entretanto a situação melhorou e ainda bem, mas cerca de uma dezena de funcionários da ilha Terceira foram deslocados para a Associação de Turismo dos Açores (ATA) que agora se encontra com problemas gravíssimos. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem conhecimento desta situação tendo em conta o futuro da ATA devido à saída do Governo Regional e a outras questões relacionadas com os níveis alarmantes de endividamento, e como fica a situação contratual e a manutenção dos postos de trabalho desses funcionários.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara de Angra nunca foi nem pretende ser sócia da ATA. A ART desvinculou-se e é uma entidade autónoma e o voltar atrás nessa questão seria regressar à origem do problema que nos trouxe até aqui. Essa situação terá que ser resolvida no âmbito da ATA e da sua relação com o Governo Regional e com os seus sócios.

Sr. d. m. Luís Brasil – Sendo assim, fica aqui a sugestão para que a Câmara, de alguma forma possa sensibilizar e chamar a atenção da direção da ART para a situação destes dez postos de trabalho. Alguns deles eram os criativos da ART e passaram a desempenhar as mesmas funções na ATA por alguma razão. Que isto não se resuma a uma retoma da atividade da ART com saneamento de postos que já foi feita anteriormente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Há tempos votámos em sede de Câmara e aqui na Assembleia Municipal a saída da Câmara da Associação Regional de Turismo porque a mesma não estaria a promover devidamente o turismo no nosso concelho e na ilha Terceira em geral. Instrumentos como a ART, quando bem geridos, podem ser importantes para o desenvolvimento do turismo. Perante o surgimento de uma grande quantidade de alojamentos locais na cidade e outros tantos que estão previstos mediante os grandes investimentos de que falávamos há pouco, é necessário algum mecanismo de atração e as companhias aéreas, com o pseudo processo de liberalização que envolveu o aeroporto das Lajes, têm-se afastado da ilha Terceira.

Já percebemos que a SATA Air Açores não tem capacidade ao nível dos aviões para um encaminhamento inter-ilhas desejável no sentido de aproveitar o fluxo turístico previsível que se constatou na ilha de S. Miguel através das ligações aéreas da Delta Airlines que futuramente serão complementadas pela WestJet que, pelos vistos, já pediu *slot's* para aquele aeroporto.

Consta que a ATA, através de aliciamentos ou outras formas, terá tido influência na atração das companhias *Low Cost* para Ponta Delgada. Fica aqui a sugestão para que a ART venha a fazer o mesmo no sentido de atrair tráfego aéreo para preencher todos estes espaços que foram ou venham a ser licenciados para alojamento local na nossa ilha porque estes projetos não terão sustentabilidade se os turistas não tiverem forma de cá chegar e o quadro das ligações aéreas nos Açores não é tão positivo para a Terceira ou para o grupo central como por vezes tentam fazer crer. Se este for um instrumento para cativar turismo, espera-se que a Câmara tire muito proveito desta associação.

Posta à votação, a proposta constante do Ponto 1.14 foi aprovada por unanimidade.

1.15 - Designação do júri do procedimento concursal destinado ao recrutamento do cargo

de diretor delegado dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo equiparado a cargo de direção intermédia de 2.º grau, previsto na respetiva orgânica e correspondente mapa de pessoal. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, sendo proposto o seguinte júri:

Presidente:

- Guido de Luna da Silva Teles, vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Vogais:

- Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso, chefe da Unidade de Serviços Integrados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos).

- Sónia de Lurdes Medeiros Dias Ferreira Alves, diretora do Serviço de Ambiente da Ilha Terceira.

Vogais Suplentes:

- João Pedro Mendes Meneses Cardoso, chefe da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

- Paulo Alexandre Silva Lima, diretor do Serviço Florestal da Ilha Terceira.

Sr. presidente da Câmara – A senhora diretora delegada pediu a cessação da sua comissão de serviço por razões de saúde, torna-se necessário abrir concurso para a sua substituição e a proposta de júri é a que consta do documento que foi distribuído.

A Assembleia Municipal designou por maioria o júri proposto com 32 votos a favor (25 do PS, 4 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do d. m. independente) e 7 abstenções do PSD.

1.16 - Contrato programa entre os Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória e a TERAMB, EM destinado ao ano de 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

1.17 - Relatório de Contas do segundo trimestre de 2018 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

1.18 - Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Assembleia que os Pontos 1.16, 1.17 e 1.18 sejam tratados como coisa única. Temos aqui presentes os instrumentos de gestão da TERAMB, o contrato programa é o mesmo que foi celebrado nos anos anteriores e estamos com excelentes contas. A TERAMB está com um excelente desempenho financeiro, acabámos o segundo trimestre com um saldo positivo de 290 mil euros e prevemos chegar ao fim do ano com contas positivas, embora num valor relativamente menor porque tivemos um mês de paragem. O objetivo do plano e orçamento para o ano que vem é manter o equilíbrio das contas e estamos a prever um modesto valor positivo de 8 mil euros que esperamos ver crescer uma coisinha durante o ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Já sei a resposta à pergunta que vou fazer.

Sr. presidente da Câmara – Então, porque é que a faz?

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Para que fique em ata porque às vezes o que perguntamos noutros sítios não fica em ata e se perguntarmos aqui, fica em ata. É importante que às vezes as coisas fiquem escritinhas para não haver conflitos entre as afirmações.

O senhor presidente tem-nos garantido que a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem conseguido honrar os seus compromissos para com a sua cota ou parceria no capital da TERAMB. O que quer que ali aconteça, acarreta sempre uma responsabilidade maioritária por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, por isso lhe pergunto qual será a ideia desta autarquia caso a Praia da Vitória falhe os seus compromissos com a TERAMB, nomeadamente no pagamento do tratamento dos seus lixos. A Câmara de Angra vai acionar a opção de ficar com o capital da Câmara da Praia da Vitória e passaremos a ter uma ANGRAMB em vez de uma TERAMB?

Sr. presidente da Câmara – A senhora quase presidente do conselho de administração que se senta aqui ao meu lado diz-me que as contas estão em dia por isso não vale a pena estarmos a especular sobre essa matéria. De qualquer maneira, é uma empresa amplamente apelativa das poucas que dá lucro nesta região e se algum dia isso acontecer, será um prazer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta o eventual potencial lucrativo de quaisquer empresas do setor energético, nas quais se incluem as centrais de valorização energética de resíduos; tendo em conta as afirmações recentes da Secretária Regional com a tutela da energia em que, pelos vistos, já não é para fazer uma central hídrica reversível na ilha Terceira e tendo em conta o desenvolvimento de nova tecnologia pela empresa TESLA no domínio das baterias e acumuladores, pergunto-lhe para quando a instalação de um tipo de unidade hídrica reversível - pelos vistos não - ou na ótica das baterias na ilha Terceira, de modo a aumentar a capacidade de penetração e autonomização do concelho de Angra e da ilha para com as energias renováveis, salvaguardando a nossa sustentabilidade ambiental.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma pergunta muito pertinente porque estamos à beira de soluções novas que nos podem trazer grandes vantagens. A hídrica reversível tinha a possibilidade de transferir energia de hora mas sem o poder de regulação da rede e uma bateria com as características destas que se anunciam tem a capacidade de regulação da rede, o que pode aumentar substancialmente o valor do investimento. As nossas deslustragens andavam nos 40% e agora situam-se abaixo dos 5%, o que originou os resultados que há pouco falámos. Estamos muito bem no sistema, creio que o Governo esteve bem quando decidiu optar por esta tecnologia e esperamos que cumpra rapidamente com a parte com que se comprometeu.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o Contrato Programa constante do Ponto 1.16 foi aprovado por unanimidade.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Contas constante do Ponto 1.17 e do Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB para 2019 constante do Ponto 1.18.

1.19 - Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo destinado ao ano de 2019. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – O tarifário dos Serviços Municipalizados tem, como principal inovação, aquilo que aqui já foi discutido que é a introdução da nova tarifa social. Os preços para os consumidores mantêm-se exatamente os mesmos para além da alteração que resulta da introdução da nova tarifa social.

A chamada «Tarifa sazonal», que servia quase como um saco que acomodava tudo o que não cabia noutro lugar, está a ser desagregada em três tarifas. O seu maior uso destina-se a quem pretende fazer obras em casa e precisa de maior consumo de água para fazer betão, por exemplo, sem ficar sujeito aos escalões normais do consumo. Passa a designar-se por «Tarifa

obras», mantém o mesmo valor, e passará a ter uma aplicação igual ao tempo de validade de um alvará de obras através da ligação a um *software* existente na Câmara.

Os outros casos que ali constam têm a ver com regas e abeberamento de animais, uma coisa relativamente rara relacionada essencialmente com alguns canis onde se mantém o mesmo preço mas com agregação noutra valor. A tarifa das casas vazias fica também separada porque determina quais as casas inabitadas, o que tem implicações na cobrança do IMI.

Os Serviços Municipalizados pagam 2% do valor da água, uma taxa que depois é redistribuída em que o nosso município recebe algum dinheiro e tem a ver com os estudos e controlo da qualidade da água. Essa tarifa estava a ser suportada em 75% pelo município e em 25% pelo cliente e estamos a fazer aqui uma repartição equitativa, o que representará para um cliente médio um aumento na casa dos oito ou nove cêntimos.

Impõe-se aqui alguma transparência nas despesas e pretende-se recuperar alguma receita, já que se adivinha que a aplicação da nova tarifa social se traduza num aumento do público-alvo e numa consequente diminuição da receita. Pretende-se assim manter os SMAH's com as suas contas equilibradas sem aumentos de tarifas desde 2011.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Tarifário dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.19.

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Eleição dos secretários da Mesa da Assembleia Municipal, propondo-se:

- 1.º Secretário: **Tânia Gil da Rocha Lemos.**
- 2.º Secretário: **Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.**

Após votação por escrutínio secreto, foram eleitos por maioria os nomes propostos.

2.2 - Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Cunha da Oliveira. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Mesa – Neste voto consta um resumo do vasto currículo do doutor Cunha de Oliveira; se algum dos senhores deputados o pretender, a Mesa poderá disponibilizá-lo porque nos foi facultado pelos seus familiares.

O Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Cunha de Oliveira foi aprovado por unanimidade.

2.3 - Voto de Saudação à Câmara Municipal da Praia da Vitória pela conquista do galardão de Município do Ano. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Este voto envolve uma questão de conteúdo político e outra de forma sobre a qual gostaria de me pronunciar, por se tratar de um voto de saudação a um galardão atribuído a um trabalho ambiental de uma área geográfica do município da Praia da Vitória.

Independente de estarmos mais ou menos de acordo com o seu conteúdo político, não me parece que o PSD queira assumir um precedente de saudar ou condenar um qualquer galardão recebido pelo município vizinho; por esse motivo vai-se abster na votação deste documento.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal de Angra associa-se a este voto e queremos cumprimentar a Câmara da Praia da Vitória pelo bom trabalho que levou ao merecimento deste galardão. Ficam aqui os nossos parabéns à Praia.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Independentemente do conteúdo deste voto, há um aspeto que afeta o CDS-PP relacionado com um processo movido pela Câmara da Praia a um militante nosso sobre assuntos relativos a contaminações que envolvem a zona do Paul. Pelo menos é o que consta da reportagem, embora talvez não seja uma das zonas que ele denunciou.

Tendo participado na qualidade de professor universitário e não como militante do partido, entendemos que foi incorreta a atitude da Câmara Municipal da Praia da Vitória para com o nosso colega Félix Rodrigues que não deixa de ser um dirigente e militante do CDS-PP que já esteve sentado nesta mesma cadeira onde me encontro. Por estas razões, não podemos partilhar da alegria contemplada neste voto de saudação e vamos votar contra.

Sr. presidente da Mesa – Como este voto é apresentado pela Mesa da Assembleia, cabe-me uma justificação. Não se trata de saudar todas as câmaras municipais sempre que surja uma situação como esta mas é preciso termos a consciência que a ilha Terceira anda nas bocas do mundo por razões completamente infundadas. Repito: por razões completamente infundadas e não comprovadas do ponto de vista científico.

A reportagem que a TVI apresentou prejudica-nos a todos, sejamos empresários da hotelaria, do comércio, lavradores ou simplesmente bons terceirenses. Foi uma reportagem infame; sublinho infame! É esta a razão de fundo deste voto mais do que o galardão em si.

Como terceirense, não posso aceitar de maneira nenhuma que uma televisão, omitindo pessoas que ouviu possuidoras de formação académica adequada, tenha consultado e entrevistado outras completamente desqualificadas sem qualquer formação que afetam irremediavelmente a imagem dos Açores, em particular da ilha Terceira. Foi esta a razão da apresentação deste voto. Dentro de algum tempo vamos, porventura, assistir à desmontagem de toda esta campanha. Assumo a responsabilidade exclusiva da adjetivação e continuo a afirmar tratar-se de uma campanha infame que nos prejudica a todos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor presidente da Mesa acabou de nos dar razão. Então, que seja um voto de protesto e não um voto «travesti» - e o adjetivo também é meu - de saudação a um galardão como forma de protesto contra uma reportagem jornalística cujo conteúdo poderá merecer os mais variados tipos de discussão. Mediante este enquadramento, mantém-se a posição de abstenção por parte do PSD.

*Terminadas as intervenções e após votação, o **Voto de Saudação constante do Ponto 2.3 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (25 do PS e 1 do d. m. independente), 12 abstenções do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.***

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 - Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Tadeu da Silva Dutra. Para votação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Mesa – «Luís Tadeu da Silva Dutra nasceu a 12 de maio de 1957 na freguesia da Terra Chã no concelho de Angra do Heroísmo e faleceu naquela mesma freguesia no passado dia 4 de novembro com 61 anos de idade.

Formado na área das engenharias agrárias, após conclusão do curso em 1977 estagiou e trabalhou nos serviços agrícolas da ilha Terceira até 1981, ano em que foi convidado para gerente da UNICOL onde desempenhou funções até 2003. A partir daí foi vogal do conselho de administração da então Administração dos Portos da Terceira e Graciosa que, no âmbito de uma reestruturação do setor, seria integrada na empresa Portos dos Açores.

Durante o período de 2007 a 2009 exerceu o cargo de presidente da direção da OPERTERCEIRA e em janeiro de 2012, com a criação da Unidade de Saúde da Ilha Terceira,

é nomeado presidente do conselho de administração daquela entidade, cargo que desempenhava atualmente.

Luís Dutra participou ativamente na política como militante do CDS-PP tendo exercido o cargo de vereador na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Foi um destacado e empenhado dirigente concelhio, de ilha e regional do CDS-PP, tendo sido candidato a deputado regional pela ilha Terceira.

Além da atividade política, Luís Dutra foi representante do setor empresarial e presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo entre 1997 e 2003, presidente da direção da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores entre 1997 e 2001 e presidente da direção da Associação Regional de Turismo entre 2000 e 2003. Foi ainda conselheiro no Conselho Económico e Social e Conselho Regional de Concertação Social.

A frontalidade e empenho nas funções que desempenhou e nos desafios em que se envolvia serão sempre lembrados por todos os que tiveram a oportunidade de trabalhar com Luís Tadeu da Silva Dutra.

O espírito lutador incansável marcou o percurso profissional, político e cívico do engenheiro Luís Dutra que certamente ficará na memória daqueles que tiveram a oportunidade de o conhecer. O seu falecimento interrompeu precocemente um percurso rico em contributos em prol da sua ilha e da sua região.

Ao abrigo das disposições regulamentares, o grupo municipal do CDS-PP apresenta este Voto de Pesar do qual deverá ser dado conhecimento à família.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 23 de novembro de 2018, expressa o seu pesar pelo falecimento de Luís Tadeu da Silva Dutra apresentando as suas condolências à família.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Tadeu da Silva Dutra constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h17m do dia 23 de novembro de 2018, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos